

Judiciário em foco

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário - www.tjce.jus.br - janeiro de 2010



Primeiro ano de gestão do Desembargador Ernani Barreira

Sessão histórica

TJCE empossa oito novos desembargadores durante sessão única, fato inédito na história dos 135 anos da Instituição

Celeridade

Vice-presidência aprecia cerca de três mil recursos

Modernização

Projeto de virtualização processual é iniciado no Judiciário cearense com o objetivo de tornar a Justiça mais célere



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO



« A inteligência irmanada com a força de vontade
e com a esperança produz uma idéia. »

Clóvis Beviláqua

150
Anos

Ilustre Cearense

Renomado Jurista

Autor do Projeto do Código Civil Brasileiro

APRESENTAÇÃO

Este documento, em forma de Revista, assume o objetivo gratificante da atual administração em fazer uma prestação de contas referente às ações desenvolvidas no decorrer do exercício de 2009.

Como primeira ação inovadora, o desembargador Ernani Barreira Porto constituiu um grupo de trabalho de alto nível com a finalidade de planejar a transição das atividades do Tribunal de Justiça. Esse trabalho resultou em conhecimento prévio dos serviços desenvolvidos, sendo traçado, a partir do diagnóstico feito, o planejamento de suas atividades, objetivando dotar o Poder Judiciário do Ceará de uma gestão baseada na aplicação das modernas tecnologias da informação para atender aos reclamos da sociedade por uma justiça mais acessível e célere.



Em destaque nesta edição a realização de reuniões às segundas-feiras com os secretários e outros gestores para planejar, avaliar e definir as ações de trabalho do Poder Judiciário; o início da virtualização dos processos judiciais; a inauguração de novos fóruns na Região Metropolitana de Fortaleza e a reforma de vários outros no interior do Estado; a contratação da Fundação Getúlio Vargas para elaborar o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, fato inédito na história da administração pública cearense; a criação de dezesseis novos cargos de Desembargador, com a posse já efetivada de sete deles e de 26 juízes; a reestruturação da organização judiciária com a supressão de uma entrância que resultou em maior mobilidade para ascensão na carreira da magistratura estadual.

Essas e outras medidas administrativas concretizam as políticas definidas no início da gestão do desembargador Ernani Barreira, objetivando uma melhor prestação jurisdicional que, certamente, será otimizada em 2010.

Há o reconhecimento do grande desafio representado pelas demandas da sociedade, a exigir mais e melhores resultados do Judiciário Cearense, mas há também o sentimento do dever cumprido nesta etapa vencida.

Finalizando, destaque-se a ação dos senhores desembargadores e demais magistrados, eminentes parceiros na gestão do Poder Judiciário estadual, pelos resultados alcançados, notadamente aqueles relacionados com a prestação jurisdicional do 2º grau, bem como aos servidores e a todos os que tornaram concretas as realizações apresentadas neste documento, principalmente aquelas de caráter inovador, hoje tornadas realidade.

Fortaleza, janeiro de 2010

Raimundo Hélio Leite
Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Ceará / 2009

TRIBUNAL PLENO

Des. Ernani Barreira Porto - Presidente
Des. José Arísio Lopes da Costa - Vice-Presidente
Des. João Byron de Figueirêdo Frota - Corregedor Geral da Justiça
Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque*
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Ademir Mendes Bezerra
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar
Desa. Maria Iracema do Vale Holanda
Des. José Mário Dos Martins Coelho
Desa. Maria Sirene de Souza Sobreira
Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Lincoln Tavares Dantas
Des. Celso Albuquerque Macêdo
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Des. Raul Araújo Filho
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante
Des. Francisco Gurgel Holanda
Desa. Maria Náilde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda

* Assumiu temporariamente o cargo de ministro do STJ. Em seu lugar, está respondendo o juiz convocado Inácio de Alencar Cortez Neto.

Francisco José Martins Câmara - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Raimundo Hélio Leite - Secretário Geral
Eliardo Ximenes Rodrigues - Secretário de Administração
Francisco José Porto Montenegro - Secretário de Tecnologia da Informação
Francisco Zacarias Silveira de Araújo - Secretário Judiciário
Luís Eduardo Fontenelle Barros - Secretário de Finanças
Ramiro Barroso - Secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju
Hortênsio Augusto Pires Nogueira - Juiz-Auxiliar da Presidência
Alexandre Sampaio Guizardi - Assessor Especial da Presidência
Francisco Gladstone de Brito Almeida - Auditor-chefe de Controle Interno
Luiz Ethevaldo de Albuquerque Guimarães - Assessor de Planejamento
Veleda Maria Vieira Bastos - Consultora Jurídica
Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação
Alessandra Bezerra Aragão - Assessora de Cerimonial
Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - Assistente Militar

Expediente

Edição: Regina Luna, Francisco José e Ícaro Joathan
Textos: Amaury Cândido, Crisley Cavalcante, Diego Silveira, Edson Gomes, Luciberto Forte, Inácio Aguiar, Natália Coutinho, Wânia Caldas e Carolina Uchoa
Projeto gráfico: Eduardo Torres e Nadson Fernandes
Fotografias: Irailton Menezes e Carlos Eugênio

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tel.: (85) 3216.2847/2531 Fax: (85) 3216.2512
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Av. Gal. Afonso Lima S/N - Centro Administrativo
Cambéba - Fortaleza-CE
CEP: 60.830-120

Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça

SUMÁRIO



INFRAESTRUTURA

Comarca de Caucaia ganha novo fórum	44
Fórum de Pindoretama recebe o nome do des. Wilton Machado Carneiro	45



O TAMANHO DO JUDICIÁRIO

Reestruturação do Judiciário aumenta em 29% a capacidade de julgamento do Tribunal de Justiça	30
---	----

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Reuniões de segunda-feira	6
Presidência do TJCE dinamiza gestão com planejamento organizacional contínuo	8

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Corregedoria intensifica atividades	10
-------------------------------------	----

150 ANOS DE CLÓVIS BEVILÁQUA

Judiciário do Ceará comemora 150 anos de nascimento do jurista Clóvis Beviláqua	13
---	----

FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

Fórum Clóvis Beviláqua investe em melhorias e adota medidas para agilizar atendimento	14
---	----

SECRETARIA DE TECNOLOGIA

2010, o ano da virtualização	16
------------------------------	----

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Judiciário cearense antecipa a implantação do Número Nacional dos Processos	19
---	----

SECRETARIA DE FINANÇAS

TJCE cria programa para captar mais recursos e modernizar o Poder Judiciário	22
--	----

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento estratégico norteará as ações do Judiciário para os próximos cinco anos	28
--	----

RECURSOS HUMANOS

Valorização dos servidores	34
Presidente nomeia candidatos aprovados	34

PCCR

Fundação conclui trabalho	35
---------------------------	----

NATAL DO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça promove Festa de Natal com orações, cânticos e distribuição de brindes	36
--	----

CAPACITAÇÃO

Convênio viabiliza capacitação no campo jurídico	38
--	----

EDITORA

Editora do Poder Judiciário	39
-----------------------------	----



SESSÃO SOLENE

Oito desembargadores são empossados em sessão histórica	24
14 novos desembargadores em 2009	25
Entendimento entre os Poderes do Estado	26

FERMOJU	Inadimplência dos Cartórios cearenses é reduzida em 90%	40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	TJCE investe R\$ 59,4 milhões em infraestrutura	42
AVALIAÇÃO DE GERENCIAMENTO	Auditoria comprova legalidade e avalia resultados da gestão administrativa	46
META 2	Ceará reduz processos da Meta 2 em 80%	48
ESMEC	Escola Superior da Magistratura do Ceará é centro de excelência	50
VARAS DE FAMÍLIA	Varas de Família criam uma nova cultura	52
APOIO JURISDICIONAL	Núcleo de Apoio à Jurisdição promove salto de qualidade para decisões nas Varas de Família	53
CONCILIAÇÃO	Semana da Conciliação supera expectativas em 2009	54
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	Mais de 22 mil ações dão entrada nos Juizados Especiais de Fortaleza em 2009	55
TURMAS RECURSAIS	Turmas Recursais julgam 4.664 processos em 2009	56
NOTAS		57
COMUNICAÇÃO SOCIAL	Assessoria de Comunicação ganha nova estrutura e reforça interação com a imprensa	58



RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

Tribunal de Justiça do Ceará é pioneiro na transmissão virtual de recursos para o STJ **20**



VICE-PRESIDÊNCIA

Vice-presidência tem novas atribuições e agiliza recursos em tempo recorde **12**

MODELO DE GESTÃO

Reuniões de segunda-feira

Na esteira do modelo de gestão inovador implantado na administração do TJCE, o desembargador Ernani Barreira Porto, presidente desta Corte de Justiça, realiza reuniões semanais – todas as segundas-feiras – com sua equipe de trabalho.

“Escolhemos técnicos especializados em cada uma das diversas áreas que compõem a gestão do Poder Judiciário: finanças, planejamento, tecnologia da informação, auditoria, etc. São profissionais com competência reconhecida e autonomia para gerir seus departamentos com excelência. Estou convencido de que esse é o único caminho, a única saída para que a administração pública consiga, definitivamente, atender aos anseios e superar as frustrações da sociedade. Já era hora de trazer para o âmbito do Judiciário as boas práticas e os modelos de gestão

notadamente eficazes adotados mundo afora. É, para o bem de todos, um caminho sem volta”, disse o desembargador Ernani Barreira Porto.

Além dos secretários e assessores diretamente ligados à presidência, se fazem presentes também o vice-presidente do TJ, desembargador José Arísio Lopes da Costa, e o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz Francisco José Martins Câmara.

Cumprе enfatizar que os demais magistrados – desembargadores e juizes – do Tribunal de Justiça do Estado do

Ceará têm as portas abertas para participar e acompanhar, de perto, a árdua e contínua missão de gerir tão valorosa instituição.

“Trata-se da desafetação dos “eusismos” que tantos malefícios já trouxeram à imagem e à própria eficiência da gestão pública”, ressalta o desembargador Ernani.

Tais reuniões, hospedadas na própria sala da presidência do Tribunal, ocorrem sempre no período da manhã, embora muitas vezes acabem se estendendo pelo início da tarde, conforme a quantidade – e a intensidade – dos



assuntos debatidos.

A pauta consiste, principalmente, na atualização do andamento dos projetos e trabalhos competentes a cada área, pelos respectivos responsáveis, de forma a dar ciência ao presidente – e a todo o grupo gestor – da situação pontual, item a item, de cada setor. Vale destacar que são tratados não só os assuntos pertinentes àquela semana ou à anterior, mas também o direcionamento e o planejamento estratégico das ações futuras.

Além disso, cada um dos participantes pode trazer para deliberação conjunta, a seu critério, assuntos polêmicos, controversos ou até mesmo dúvidas e preocupações em relação a temas específicos afetos à sua área de atuação ou ao Tribunal como um todo.

O conceito capital por trás das reuniões semanais é, através da união salutar de esforços e ideias,

obter a máxima eficiência da atual estrutura profissional do Tribunal de Justiça do Ceará, possibilitando, assim, a consecução célere e efetiva dos ambiciosos objetivos traçados pela atual gestão e das metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Esse modelo tem, a cada semana, comprovado sua eficácia, ao tempo em que propicia a comunicação e o entendimento entre as diversas áreas do TJCE que, apesar de possuírem suas atribuições específicas, estão necessariamente integradas ao mesmo ente, sendo de vital importância que todos caminhem na mesma direção. Esse ambiente coeso e harmônico, aliado às boas práticas de gestão administrativa, é que tem tornado um pouco menos árdua a intensa missão de gerenciar o Judiciário cearense.

Segundo o presidente do TJCE, esta filosofia de trabalho propiciou ao Tribunal a ampliação

da acolhida social, criando um clima de generalizado apoio que resultou na escalada de resultados positivos, como a consagrada conquista do melhor índice de desempenho no cumprimento da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça – quase 81% de descongestionamento –, fato que, para perplexidade dos céticos, nos alçou do último lugar na avaliação do CNJ para o segundo posto nacional, atrás apenas do TJ do Amapá, cujo reduzido acervo – menos de 3 mil processos – não se presta para uma justa análise comparativa.

Por fim, o desembargador Ernani Barreira Porto faz questão de destacar que “o realinhamento dos orçamentos próprios permitiu ao TJCE um acréscimo anual real de 17% na arrecadação direta. Tudo isso nos inspira a confiança de que nesta segunda metade do mandato, que ora se principia, poderemos atingir todos os itens programáticos inicialmente prometidos”.



NOVAS ATRIBUIÇÕES

Presidência do TJCE dinamiza gestão com planejamento organizacional contínuo

O desembargador Ernani Barreira Porto trabalha para concretizar a meta ambiciosa, revelada logo em sua posse, que é a virtualização do Judiciário cearense, o que trará celeridade ao trâmite processual. As ações são planejadas levando em consideração responsabilidade administrativa e social de preservação da memória do Judiciário, da cultura e do meio ambiente

O desembargador Ernani Barreira Porto, desde sua posse na Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em 29 de janeiro de 2009, tem buscado o diálogo com magistrados, secretários, assessores e demais servidores. O objetivo é detectar e corrigir eventuais falhas e dar continuidade às ações que deram certo, imprimindo assim, uma nova dinâmica de trabalho no Poder Judiciário cearense.

A equipe do Gabinete da Presidência trabalha na elaboração de projetos que têm a finalidade de

atingir a excelência nos serviços prestados à população. As ações são planejadas levando em consideração responsabilidade administrativa e social de preservação da memória do Judiciário, da cultura e do meio ambiente.

As novas atribuições do presidente do TJCE foram definidas pela Lei Estadual nº 14.258, de 04 de dezembro de 2008. A Presidência do Tribunal de Justiça tem a assistência de um juiz auxiliar, de um assessor especial, de uma consultoria jurídica, além de um corpo de

servidores responsáveis pelas funções administrativas. O presidente Ernani Barreira realiza, às segundas-feiras, reunião, aberta aos desembargadores, com o vice-presidente, com a equipe do Gabinete e com os secretários do Tribunal.

Durante os encontros, os projetos em andamento são avaliados, o planejamento anual é conferido e os novos rumos ou correções são tomados. Com o planejamento organizacional contínuo, metas têm sido alcançadas e os desafios são vislumbrados e postos à prova.



Equipe do Gabinete da Presidência trabalha na elaboração de projetos



No Gabinete da Presidência também são elaborados projetos e mensagens de lei, resoluções, portarias entre outras ações

O desembargador Ernani Barreira trabalha para concretizar a meta ambiciosa, revelada logo em sua posse, que é a virtualização do Judiciário cearense, o que trará celeridade ao trâmite processual.

O Poder Judiciário do Ceará foi o primeiro a virtualizar o envio de processos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essa é outra prerrogativa da presidência, definir a admissibilidade dos recursos extraordinários e dos especiais. Os recursos extraordinários são remetidos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e os recursos especiais são enviados ao STJ.

Em relação a esses recursos, o desembargador Ernani Barreira dividiu o trabalho com o vice-presidente, desembargador José Arísio Lopes da Costa. Atualmente não há recursos esperando decisão. Pedidos de suspensão de liminares contra a Fazenda Pública e matérias envolvendo o Município ou o Estado são decididos pelo presidente.

No Gabinete são elaborados projetos e mensagens de lei, provimentos, assentos regimentais, resoluções, portarias, atos, despachos, acompanhamento e atendimento às recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Pedidos de suspensão de liminares contra a Fazenda Pública e matérias envolvendo o Município ou o Estado são decididos na Presidência

Também é função do presidente informar ao público os resultados de trâmites processuais e julgamentos nas mais diversas instâncias judiciárias. Esse trabalho necessitou de incremento da Assessoria de Comunicação, que hoje conta com profissionais atuando no TJCE, no Fórum Clóvis Beviláqua e no Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira.

O empenho do presidente em dinamizar o Judiciário cearense logrou vitória nas esferas legislativas e executivas conseguindo legalmente reordenar o Judiciário e alcançar o aumento de mais 16 desembargadores para a Egrégia Corte.

O presidente do TJCE também desempenha a função de corregedor em relação aos demais membros do Tribunal, enquanto a Corregedoria Geral da Justiça trabalha com os juízes de 1º Grau.

O desembargador Ernani Barreira reúne-se, semanalmente, com o Comitê Gestor do TJCE. As reuniões acontecem às quartas-feiras. Participam dela os secretários de Administração, Planejamento, Finanças, de Recursos Humanos e do Fermoju e o secretário geral. A pauta desses encontros diz respeito ao encaminhamento dos processos de licitações e de compras, assim como a contratação e nomeação de pessoal.

FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO

Corregedoria intensifica atividades

O desembargador João Byron de Figueirêdo Frota, após um ano à frente da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, termina 2009 contabilizando resultados positivos. Foram realizadas inspeções em 109 serventias extrajudiciais e instaurados seis procedimentos administrativos. Foram transferidos para o Ceará 38 acusados que respondem a processos em comarcas cearenses e se encontravam presos em outros estados. O Mutirão Carcerário concedeu 2.824 liberdades e 4.050 benefícios

Para o biênio 2009/2011, as Correições e Inspeções foram divididas em quatro ciclos. Desses, dois foram concluídos em 2009, o primeiro em três fases e o segundo em duas. No primeiro ciclo, a equipe da Corregedoria, formada por auditores, inspecionou 22 Comarcas do interior do Estado e no segundo, nove. O procedimento correcional tem como objetivo fiscalizar, disciplinar e orientar juízes e servidores no sentido de manter o bom desempenho das comarcas.

Durante o processo, a equipe aponta observações, sugestões e recomendações no sentido de solucionar as irregularidades da comarca dentro de um prazo preestabelecido. Em 2009 não foi encontrada nenhuma

irregularidade considerada grave, garantem os auditores da Corregedoria.

Recambiamento de presos

Outro importante passo para a Justiça cearense foi a implantação do provimento que normatizou a transferência ou recambiamento de presos recolhidos em presídios de outros Estados, mas que respondem a processos na Justiça cearense. O projeto é uma parceria entre a Corregedoria Geral com as Secretarias de Justiça e Segurança Pública do Estado.

O juiz corregedor auxiliar Antônio Pádua Silva explica que

quando o preso estava detido em outra unidade da Federação, dificultava o andamento do processo e impedia o trabalho do juiz. “O preso ficava em outro estado, sem condições de vir para a Comarca de origem do processo. Com isso, o andamento do processo era protelado e findava com o relaxamento de prisão por conta do excesso de prazo”.

Diante do problema, uma reunião realizada em março na Corregedoria definiu que a responsabilidade de trazer o preso para o Ceará seria das secretarias de Justiça e Segurança Pública. Participaram da reunião o desembargador João Byron de Figueirêdo Frota, Corregedor Geral da Justiça, os secretários da Justiça, Marcos César Cals de Oliveira; da Segurança Pública, Roberto Monteiro, e a Procuradora-Geral de Justiça do



Estado, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto. Presentes, também, os Juízes Corregedores Antônio Pádua Silva, José Tarcílio Sousa da Silva, Ireylande Saraiva e Luiz Evaldo Gonçalves.

Na ocasião, ficou definido que o juiz de Direito determina no processo que a Secretaria da Justiça e Cidadania proceda o recambiamento do preso. Em seguida, o juiz comunica à Corregedoria que, por sua vez, oficiará à Secretaria de Justiça solicitando as providências necessárias para o cumprimento da decisão judicial.

O juiz corregedor auxiliar acredita que a medida dá mais celeridade aos processos. “É importante porque os processos tramitam mais rápido e o juiz tem condições de correr com os autos e cumprir os prazos”, disse ele.

Procedimentos administrativos

A competência da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará é apurar toda e qualquer denúncia ou reclamação contra os magistrados de 1º Grau. Em 2009, foram abertos seis procedimentos administrativos, nos termos da Resolução nº 30, de 7 de março de 2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A medida dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados.

Todos esses processos correm em segredo de justiça, porém, quando é feita a denúncia, o primeiro passo é apurar. O Corregedor Geral avalia e o procedimento é encaminhado ao Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) para que os demais desembargadores votem e decidam se será necessário ou não instaurar o processo administrativo. Se o Pleno decidir pela abertura do processo, o

magistrado será julgado.

Após instaurado o processo, é designado, através de distribuição automática, um desembargador relator que fará as instruções normais. Neste momento, o processo retorna ao Pleno para ser novamente julgado. No caso de punição, o juiz poderá receber desde uma advertência até o afastamento total da magistratura.

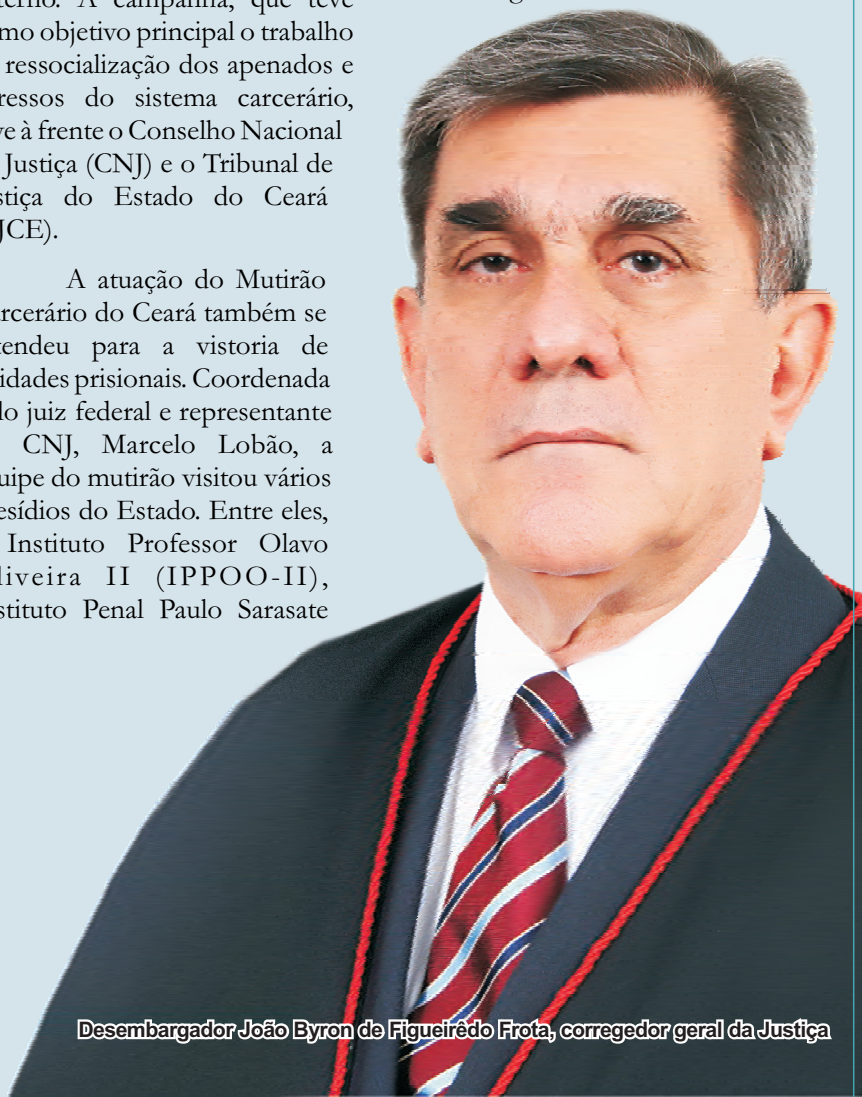
Mutirão Carcerário

Durante quase cinco meses, de 13 de julho a 2 de dezembro, o Corregedor Geral da Justiça do Ceará, desembargador João Byron de Figueirêdo Frota, coordenou o Mutirão Carcerário no Estado. A força-tarefa resultou na concessão de 2.824 alvarás de soltura e 4.050 benefícios como transferência de unidade penal, progressão de regime e trabalho externo. A campanha, que teve como objetivo principal o trabalho de ressocialização dos apenados e egressos do sistema carcerário, teve à frente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

A atuação do Mutirão Carcerário do Ceará também se estendeu para a vistoria de unidades prisionais. Coordenada pelo juiz federal e representante do CNJ, Marcelo Lobão, a equipe do mutirão visitou vários presídios do Estado. Entre eles, o Instituto Professor Olavo Oliveira II (IPPOO-II), Instituto Penal Paulo Sarasate

(IPPS), Casa de Detenção de Caucaia, Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF) e Colônia Agropastoril do Amanari. As visitas resultaram em transferências de presos e até em interdição, como foi o caso dessa última unidade, que apresenta problemas na estrutura física e superlotação.

Durante a solenidade de encerramento, no TJCE, no dia 2 de dezembro, o coordenador geral do mutirão no Estado, desembargador João Byron Figueirêdo Frota, falou sobre a relevância do projeto para o Judiciário. “O CNJ procurou ver a realidade do sistema carcerário, em uma atitude humana e legalista, e promoveu a integração entre representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos juízes e dos cerca de 100 servidores que também colaboraram com o mutirão no Ceará”, acrescentou o desembargador.



Desembargador João Byron de Figueirêdo Frota, corregedor geral da Justiça

AGILIDADE

Vice-presidência tem novas atribuições e agiliza recursos em tempo recorde

A Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) encerrou 2009 de forma atuante e com um balanço positivo em suas atividades. Nos oito primeiros meses do ano, foram apreciados cerca de três mil recursos que aguardavam decisão para serem encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). A média foi de 375 processos analisados mensalmente pelo vice-presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa.

“O Tribunal de Justiça do Ceará é um dos poucos do País em que o juízo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários é feito de forma compartilhada entre presidente e

vice. Essa é uma medida importante porque confere uma maior agilidade na prestação jurisdicional”, destaca o desembargador José Arísio.

O juízo de admissibilidade de recursos para o STJ e o STF passou a ser uma das funções da Vice-presidência do TJCE a partir da publicação da Lei nº 14.258, de 24 de dezembro de 2008, que foi, posteriormente, regulamentada pela Lei nº 14.310, de 20 de março de 2009.

Outra ação importante desenvolvida, ao longo de 2009, pela Vice-presidência diz respeito à distribuição de processos. “Antes, quando um desembargador entrava de férias, era o presidente quem mandava redistribuir os processos. Hoje, essa tarefa cabe à Vice-presidência e é também uma relevante forma

de tornar mais célere o trabalho da Justiça do Estado”, afirma.

Uma das significativas mudanças nas atribuições da Vice-presidência do TJCE foi implementada após a publicação da Lei nº 14.302, de 9 de janeiro de 2009, que destinou a Direção do Fórum Clóvis Beviláqua a um juiz de Direito. Antes, cabia ao desembargador vice-presidente a tarefa de administrar o Fórum.

De acordo com as alterações estabelecidas, o diretor do Fórum da Comarca de Fortaleza deve ser de entrância especial e indicado pelo presidente do Tribunal, após o nome ser submetido à apreciação do Tribunal Pleno. Atualmente a direção do Fórum está sob a responsabilidade do juiz de Direito Francisco José Martins Câmara.



Desembargador José Arísio Lopes da Costa, vice-presidente do TJCE

MEMÓRIA

Judiciário do Ceará comemora 150 anos de nascimento do jurista Clóvis Beviláqua

O Poder Judiciário cearense está comemorando os 150 anos de nascimento de Clóvis Beviláqua. O ilustre cearense, nascido em 04 de outubro de 1859, natural de Viçosa do Ceará, distante 366km de Fortaleza, foi um renomado jurista, autor do projeto do Código Civil Brasileiro de 1916.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e a Associação Cearense de Magistrados (ACM) reconhecendo a importância de Clóvis Beviláqua para o País, decidiram criar o Centro Cultural do Judiciário do Ceará. O espaço funcionará no antigo Palácio da Justiça, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 1200, no Centro de Fortaleza. O anúncio da criação desse Centro aconteceu durante sessão do Pleno do TJCE no dia 24 de setembro.

A ideia do presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, é que o antigo Palácio da Justiça se torne um equipamento multicultural, com espaço para exibição de filmes e exposição de peças e obras relativas ao Judiciário cearense. O desembargador ressaltou que “a edificação será um importante campo de projeção para a história do nosso Judiciário, história esta marcada por muita glória e dedicação, mas também por muito sofrimento.”

O Centro Cultural do Judiciário do Ceará deve abrigar um mausoléu que será construído em homenagem a Clóvis Beviláqua. Falecido em 26 de julho de 1944 na cidade do Rio de Janeiro, os restos mortais do jurista repousam naquela cidade. O propósito do mausoléu é resgatar intelectual e culturalmente a história do inolvidável



Entrada do Palácio da Justiça, no Cambéba

jurisconsulto que foi Clóvis Beviláqua. Para isto, os restos mortais dele e de sua mulher seriam trazidos para o mausoléu em Fortaleza.

“Com a participação direta dos estudantes, intelectuais, jornalistas, estudiosos de Direito, entre outros colaboradores, pretendemos convocar a sociedade para que, juntos, possamos conseguir o traslado dos restos mortais desse grande mestre e também os de sua mulher, dona Amélia Carolina de Freitas”, destaca o desembargador Ernani Barreira.

O projeto de criação do Centro recebeu o apoio da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará e da Câmara de Dirigentes Lojistas de

Fortaleza, através dos empresários Honório Pinheiro e Francisco Freitas Cordeiro. O TJCE espera o engajamento de outras entidades.

Os recursos para a construção do Centro estão estimados em R\$ 4 milhões e serão obtidos através da Lei Rouanet. A Lei permite o abatimento nos percentuais do imposto de renda de empresas e pessoas físicas que passam a ser investidos em bens culturais. A ideia é que dentro de sete meses as obras estejam concluídas. A partir daí começa a montagem da exposição de peças históricas, a fim de que em outubro, quando se encerra o ano de comemoração do Sesquicentenário de Clóvis Beviláqua, o espaço seja inaugurado.

MELHORIAS

Fórum Clóvis Beviláqua investe em melhorias e adota medidas para agilizar atendimento

O Fórum Clóvis Beviláqua passou, em 2009, por mudanças na sua administração: pela primeira vez, o cargo de diretor foi ocupado por um magistrado de Primeiro Grau, conforme determinação do artigo 103 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008). “Buscamos abrir um melhor canal de entendimento entre a direção e demais magistrados”, afirma o juiz diretor do Fórum, Francisco José Martins Câmara, primeiro magistrado a assumir a direção do Fórum na Capital cearense.

A atual gestão implementou, durante o ano, reformas que tiveram como objetivo proporcionar maior acessibilidade, conforto e segurança às cinco mil pessoas que circulam diariamente pelos 75 mil metros quadrados do prédio. As reformas visaram também a dar melhores condições de trabalho

aos servidores, contribuindo para o aumento da produtividade e para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Algumas das melhorias realizadas foram a colocação de gradeamento externo na fachada principal, reforma do acesso à entrada secundária, substituição de parte do piso, reforma, pintura e mudança na organização de várias salas, para melhor aproveitamento dos espaços, entre outras. Já foram instalados e entregues ao público 29 novos banheiros de última geração e está em andamento a recuperação da cobertura, da rede elétrica e do sistema de climatização do prédio, além de um projeto paisagístico interno e externo.

“Estamos voltados para o melhor atendimento aos jurisdicionados, com o intuito de oferecer-lhes uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente”, afirma o diretor do Fórum. Ele destaca que as melhorias só foram possíveis com

a dedicação e o esforço de todos os servidores e magistrados. “Contamos com a colaboração de servidores com experiência reconhecida em suas áreas de atuação e com conduta pessoal e funcional ilibada”, ressalta.

Acesso à justiça mais rápido e eficaz

Uma das prioridades da atual gestão foi investir na melhoria dos setores onde acontece o primeiro contato do público com o Poder Judiciário. O Serviço de Protocolo, que é responsável pelo recebimento e encaminhamento de petições iniciais e de acompanhamento, entre outros documentos, passou por uma série de reformas nas suas instalações.

Já a Seção de Certidões passou a contar com uma sala destinada ao atendimento dos usuários do Sistema de Emissão de



Juizes José Krentel Ferreira Filho, José Ricardo Vidal Patrocínio, Francisco José Martins Câmara (diretor do Fórum Clóvis Beviláqua), Maria Gladys Lima Vieira, Eduardo de Castro Neto e Francisco Eduardo Torquato Scorsafava

Certidão Negativa Online. O espaço foi equipado com cinco terminais de auto-atendimento, onde os interessados podem solicitar suas certidões, contando com o auxílio de um servidor treinado para prestar as orientações necessárias. Essa medida, iniciada em abril, resultou em uma diminuição de cerca de 50% nas solicitações de expedição de certidões criminais recebidas na Seção.

Buscando também maior agilidade, o setor de Distribuição adotou, ao longo do ano, regimes extraordinários de trabalho, conseguindo com isso solucionar os atrasos e manter o serviço atualizado. “Hoje o serviço está rigorosamente em dia, com a distribuição e entrega de documentos nas Varas em prazo inferior a 24 horas”, afirma Eduardo de Castro Neto, juiz coordenador do Departamento de Serviços Judiciais e das Varas Criminais; de Delitos, Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes; de Execuções Criminais, de Corregedoria de Presídios e Habeas Corpus; do Juízo Militar; de Penas Alternativas; do Júri e de Trânsito.

Valorização dos servidores e magistrados

O juiz coordenador das varas Cíveis, de Família, de Sucessões e de Infância e Adolescência, José Krentel Ferreira Filho, destaca que foram adotadas medidas também para a valorização dos magistrados. Um exemplo foi a criação da Sala dos Juízes Auxiliares da Comarca de Fortaleza, que proporcionou um espaço de trabalho com mais comodidade. Através do Centro de Treinamento Integrado (CTI), foram realizados também vários cursos, palestras e outros eventos destinados aos servidores. “Além do investimento na formação e na melhoria das condições de

trabalho, houve uma preocupação muito grande com a qualidade de vida das pessoas”, ressalta.

O juiz coordenador das varas de Fazenda Pública, de Recuperação de Empresas e Falência, de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária e de Registro Público, Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, considera que essas medidas refletem na qualidade dos serviços prestados. “A busca pela qualidade da prestação jurisdicional é uma luta constante, que precisa ser aperfeiçoada no dia a dia, para que a distância entre o Poder Judiciário e o povo seja diminuída”.

“A busca pela qualidade da prestação jurisdicional é uma luta constante, que precisa ser aperfeiçoada no dia a dia”

Juiz Francisco Eduardo Torquato Scorsafava

Entre os eventos realizados em 2009, um dos destaques foi o XXVI Fonaje – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, que aconteceu de 25 a 27 de novembro. “O evento trouxe palestrantes ilustres para Fortaleza, que deram grande contribuição para o enriquecimento dos debates e para a formulação de orientações doutrinárias que serão seguidas por juizados especiais de todo o País”, afirmou José Ricardo Vidal Patrocínio, juiz coordenador dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Maior celeridade no cumprimento de mandados judiciais

A Coordenadoria de Cumprimento de Mandados (Coman) do Fórum Clóvis

Beviláqua atingiu, em 2009, um resultado histórico: o menor número de mandados em aberto desde que o setor foi criado, há dez anos. Em dezembro, eram cerca de 8 mil ordens judiciais aguardando cumprimento por oficiais de Justiça, uma redução de aproximadamente 58% em relação ao início do ano, quando esse número ultrapassava 20 mil.

Para o coordenador da Coman, juiz Raimundo Nonato Silva Santos, essa maior celeridade é resultado do incremento no quadro de servidores do setor, que passou a contar com 18 novos oficiais de Justiça, e de melhorias administrativas que vêm sendo implementadas. “A Coman se tornou uma referência nacional. Nosso modelo tem sido adotado por tribunais de vários estados do País”, assegura.

Canal direto de comunicação com a sociedade

O Fórum Clóvis Beviláqua dispõe de serviços de comunicação direta com a sociedade. Um deles é o Telejustiça que, em 2009, conseguiu ampliar seus atendimentos em 9,65% em relação ao ano anterior, ultrapassando 450 mil consultas, feitas na recepção, por telefone ou através dos terminais de auto-atendimento disponíveis no setor.

Já a Ouvidoria do Fórum é responsável por receber, encaminhar e registrar todas as sugestões, elogios, críticas e reclamações. Em 2009, o setor recebeu quase 1.200 manifestações, feitas pessoalmente, por telefone, e-mail, fax ou carta. Para a juíza e ouvidora do Fórum, Maria Gladys Lima Vieira, a população tem buscado mais o serviço porque este vem conquistando credibilidade: “Esse serviço tem favorecido e facilitado o contato da população com o poder judiciário, tornando-o mais transparente e acessível”, afirmou.

INFRAESTRUTURA

2010, o ano da virtualização

O Poder Judiciário do Estado do Ceará iniciou em 2009 um projeto que vai revolucionar o modo de funcionamento da Justiça. Mais celeridade, transparência e segurança na tramitação dos processos serão os benefícios para a sociedade resultantes do Programa de Inovação e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, até janeiro de 2011, a expectativa é de que todas as unidades judiciárias de Fortaleza e de, pelo menos, duas comarcas do Interior do Estado estejam funcionando de forma absolutamente virtual. Em seguida, a virtualização também será estendida às demais comarcas do Ceará.

“A virtualização irá proporcionar uma maior transparência na vida do Judiciário. Significará uma oportunidade para as partes acompanhar as fases processuais e tirar dúvidas a respeito dos procedimentos dos juízes. Se antes tínhamos processos que demoravam 15 anos para ser

judgados, com a virtualização, isso poderá ser feito em até um ano e meio”, destaca Ernani Barreira. “Nossa finalidade é abranger todas as Varas e Comarcas do Ceará, de forma a permitir uma Justiça garantidora de prestação jurisdicional eficiente”, afirma o desembargador.

De acordo com o secretário de Tecnologia da Informação do TJCE, Francisco José Porto Montenegro, 2009 foi o ano da preparação para o início da virtualização nas unidades judiciárias. Para isso, a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) elaborou 35 projetos que darão suporte ao Programa de Modernização. “O projeto de virtualização está com todos os regimentos funcionais definidos, o mapeamento das soluções está fechado”, garante.

Para formatar os projetos, o TJCE buscou conhecer o que há de mais moderno e eficiente em termos de virtualização processual. Técnicos da Setin viajaram para conhecer iniciativas do Poder Judiciário em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, além do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A gestão e a implementação do Projeto de Virtualização ficará a cargo do Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico (CGDT), entidade civil reconhecida pelo Governo do Estado como organização social para implementação de projetos de Tecnologia da Informação no Ceará. Segundo José Montenegro, a CGDT está em fase de subcontratação das empresas que digitalizarão os processos atualmente em tramitação. A expectativa é de que a virtualização das unidades judiciárias tenha início nos primeiros meses de 2010.

A expectativa é de que todas as unidades judiciárias de Fortaleza e de, pelo menos, duas comarcas do Interior do Estado estejam funcionando de forma absolutamente virtual

Participam do Conselho de Administração do CGDT representantes de diversos órgãos, entre eles, a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Secretaria da Fazenda (Sefaz), a Secretaria de Planejamento e Gestão e a Assembléia Legislativa.

Além disso, foram firmadas parcerias com a Microsoft e o Governo do Estado do Ceará, que contribuirão para a viabilização de alguns projetos como o Programa de Modernização e Inovação. O Centro de Gestão implementará, por exemplo, a unificação das comunicações dentro do Poder Judiciário, enquanto o Estado auxiliará a virtualização das comarcas no Interior cearense por



A virtualização tomará a Justiça mais célere

meio do Projeto Cinturão Digital, rede de transmissão de dados em alta velocidade que permitirá a interação com órgãos do Poder Executivo e Legislativo.

Na Capital, o TJCE firmou convênio para se integrar à Gigafor, rede que viabilizará a interação com órgãos do Poder Executivo e Legislativo com velocidade de transmissão de dados mil vezes superior à atual (de 1 Megabit para 1 Gigabit). Essa expansão será importante, por exemplo, para permitir a realização de videoconferências entre magistrados e funcionários e de audiências online, bem como para anexar gravações a processos.

Outras ações importantes em 2009 foram a compra de mil microcomputadores de tecnologia avançada e de computadores centrais

Outras ações importantes em 2009 foram a compra de mil microcomputadores de tecnologia avançada e de computadores centrais, a atualização do sistema de ponto eletrônico, além da execução de projetos como a gestão e o controle do acesso à Internet nas dependências do Judiciário. Do ponto de vista financeiro, a aprovação da Lei nº 14.415, de 23 de julho de 2009, instituindo o Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário (PIMPJ), foi importante para viabilizar recursos destinados ao projeto. Assim, recursos dos depósitos judiciais (atos processuais que determinam o sequestro, o arresto e a penhora de bens e valores em nome do TJCE) e do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju) poderão ser investidos na virtualização processual.

Segurança dos processos estará garantida

Uma das premissas do Projeto de Virtualização do Judiciário cearense é garantir total segurança na tramitação dos processos. Vários dos 35 projetos preparados pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do TJCE incluem precauções para prevenir ameaças à integridade dos dados que serão transmitidos entre as unidades judiciárias.

Um deles é a Certificação Digital. O projeto prevê a aquisição de certificados digitais a serem fornecidos aos magistrados, diretores de secretarias, servidores indicados e gestores com o fim de serem utilizados nos processos eletrônicos judiciais e administrativos, garantindo a integridade dos documentos assinados eletronicamente. Segundo o assessor do Departamento de Informática da Setin, Moacir Medeiros Júnior, a segurança das ações estará garantida de três formas: por meio do cartão digital que cada agente receberá, bem como senha e identificação biométrica.

Outro projeto previsto é

o Serviço de Gestão de Segurança da Informação e Continuidade de Negócios, por meio do qual serão monitoradas quaisquer vulnerabilidades que possam vir a atacar os sistemas de informação. “O projeto prevê um plano de continuidade, de forma a garantir que não haverá perda de dados”, explica Medeiros.

A segurança das ações estará garantida de três formas: por meio do cartão digital que cada agente receberá, bem como senha e identificação biométrica

A construção de Datacenters no TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua também garantirá segurança aos dados da rede do Judiciário. Os espaços serão providos de estrutura física e cuidados necessários ao suporte do processo judicial eletrônico, minimizando riscos e consequências decorrentes de ataques lógicos e físicos. A licitação



José Montenegro explica que 2009 foi o ano de preparação para a virtualização

para a construção dos Datacenters deve ser concluída em janeiro de 2010.

O rol de projetos em segurança da informação é completado pelo “Comunicação Segura: VPN Cinturão Digital”, que permitirá a integração segura ao Projeto de Cinturão Digital do Governo do Estado; a “Criptografia de arquivos”, que utilizará essa técnica para servir como repositório de arquivos com informações sensíveis produzidos no Judiciário; e a “Segurança contra intrusão”, para impedir acesso indevido à rede de dados por malware, spyware, phishing, e outros softwares mal intencionados.

Justiça em Movimento atualizou acervo processual

Uma das importantes ações da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do TJCE em

2009 foi o Projeto Justiça em Movimento, que deu, aos magistrados, o controle do real acervo processual em tramitação em suas respectivas unidades judiciárias. Esse benefício foi possível por meio da incorporação de ferramenta de gestão ao Sistema de Controle Processual (Sproc), rede interna de organização dos processos do Poder Judiciário cearense.

O Projeto Justiça em Movimento, que deu, aos magistrados, o controle do real acervo processual em tramitação em suas respectivas unidades judiciárias

O projeto foi lançado no dia 5 de agosto de 2009, em solenidade realizada no Palácio da

Justiça. Uma das vantagens do projeto é a eliminação de distorções entre a quantidade física de processos e os dados cadastrados no Sproc bem como o conhecimento da natureza das ações em tramitação nas unidades judiciárias e da fase processual em que se encontram.

Além disso, a ferramenta auxiliou os magistrados no cumprimento da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou o julgamento, até 31 de dezembro de 2009, de todos os processos que entraram em tramitação no País até 2005.

Para viabilizar a operação do Justiça em Movimento, os magistrados ganharam prazo de 30 dias para atualizar as informações do Sproc. Durante o mês de agosto, várias unidades judiciárias do Estado reorganizaram o expediente judiciário, a fim de obedecer a essa data-limite.

Projetos do Programa de Modernização do Judiciário cearense

Virtualização da Justiça de 1º e 2º Grau

Objetivo: Implantar a tramitação eletrônica dos processos, oferecendo à sociedade uma prestação jurisdicional de qualidade superior, permitindo também a integração virtual com diversos atores como Ministério Público, as procuradorias Geral do Estado e do Município e a Defensoria Pública.

Educação e Audiências em Presídios

Objetivo: Implantar sistema de videoconferência em presídios do Ceará, permitindo a realização de audiência em que os detentos participem sem a necessidade de deslocamento. O recurso poderá ser utilizado também em programas de ressocialização, cursos e treinamentos educacionais à distância.

Digitalização de todos os processos judiciais

Objetivo: Digitalizar os processos judiciais em andamento no Poder Judiciário do Estado do Ceará, a fim de viabilizar a inclusão deles no sistema virtual de tramitação de processos, permitindo a substituição do processo em papel por seu equivalente eletrônico.

Rede Corporativa de Voz TJCE: Capital e Interior

Objetivo: Implantação de rede de voz corporativa no Judiciário com o objetivo de reduzir em até 40% o valor dispendido com os serviços de telefonia. A solução permitirá a realização de ligações telefônicas por meio da rede de dados do TJCE quando a comunicação for entre ramais internos.

Virtualização Administrativa

Objetivo: Atender às demandas de novos sistemas gerenciais por meio de uma solução integrada, implementando o processo administrativo eletrônico e garantindo maior eficiência no andamento dos procedimentos internos do Judiciário, como ofícios, pagamentos, contratos e comunicados.

Central de Gravação de Vídeo/Som de Audiências

Objetivo: Instituir gravações de vídeo e som das audiências ocorridas nas diversas varas, salões do Júri e salas de reuniões colegiadas do Judiciário em atendimento à Lei nº 11.719/2008, promovendo a celeridade processual por meio da redução do tempo dispendido na realização das audiências.

MUDANÇA

Judiciário cearense antecipa a implantação do Número Nacional dos Processos

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), através da Secretaria Judiciária e com o trabalho dos técnicos da Secretaria de Tecnologia da Informação, finalizou entre os dias 27 e 30 de novembro, a implantação do Número Nacional dos Processos. A medida atendeu à Resolução nº 65/2008 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou, a todos os tribunais do País, sua aplicação até 31 de dezembro de 2009.

“A antecipação da medida visa a consolidar os preparativos da virtualização dos processos no TJCE, conforme diretriz básica da gestão do presidente, desembargador Ernani Barreira Porto”, destacou o secretário judiciário Zacarias Araújo.

O Número Nacional dos Processos identifica todos os

cadernos judiciais e administrativos. A identificação já existia, mas agora, passa a contar com outro número, de estrutura nacional, em que haverá a mesma quantidade de dígitos, porém com códigos diferenciados.

“A antecipação da medida visa a consolidar os preparativos da virtualização dos processos no TJCE”

Zacarias Araújo

Assim, a principal diferença consiste na estrutura do número, que será formada por uma junção de seis campos: sequencial de processo, dígito verificador, ano de protocolo do processo,

segmento do Poder Judiciário, Código do Estado e sede física onde funciona o órgão judiciário.

Todos os processos do Poder Judiciário nacional, inclusive os arquivados, a teor da mencionada Resolução nº 65/2008 do CNJ devem ter um novo número gerado e atribuído automaticamente pelo sistema. O Estado do Ceará, como dito, a partir de 22 de setembro de 2009 iniciou a implantação desta nova numeração, cujos procedimentos técnicos finais foram consumados no último dia 30 de novembro.

Na estrutura da nova numeração, existem campos específicos para identificação. Assim, o Ceará, por exemplo, terá o numeral identificador 06; São Paulo, 25; e o Distrito Federal, 07. “Essas mudanças serão essenciais para facilitar, também, a busca dos processos, além de outros controles. A medida dará mais celeridade e segurança”, pontuou Zacarias Araújo.

As informações sobre o novo número já estão disponibilizadas, também, na Intranet do TJCE. Ainda segundo o secretário judiciário, por enquanto, as movimentações processuais através do novo número nacional único, contará igualmente com um campo próprio, constando o antigo número, para facilitar o acesso processual a todos, principalmente das partes e de seus advogados.

Os novos números já estão sendo colocados na capa dos processos, onde igualmente estão sendo, concluídas, também, sua reclassificação por assuntos e classes, visando à obtenção da desejada celeridade processual.

DIGITALIZAÇÃO

Tribunal de Justiça do Ceará é pioneiro na transmissão virtual de recursos para o STJ

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) é pioneiro no País na transmissão virtual de recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). No dia 25 de junho de 2009, foi feito o primeiro envio digitalizado de recursos e agravos de instrumento, no auditório do Tribunal Pleno do TJCE, com a presença do ministro Cesar Asfor Rocha, presidente do STJ e da Comissão Conjunta de Trabalho entre a Cúpula Iberoamericana e a Rede Européia de Conselhos de Justiça.

Na ocasião, o desembargador Ernani Barreira Porto, chefe do Judiciário cearense, destacou a importância do projeto. “A virtualização é um procedimento que elimina o papel e a burocracia do Judiciário. Todos os recursos especiais, hoje existentes no Estado, serão objeto

dessa digitalização, o que dará aos cearenses uma maior oportunidade de desfrutar de uma Justiça mais célere e ao alcance dos anseios da sociedade”, ressaltou.

“O que dará aos cearenses uma maior oportunidade de desfrutar de uma Justiça mais célere e ao alcance dos anseios da sociedade”

Des. Ernani Barreira

Esse procedimento permite maior celeridade na prestação jurisdicional, assim como elimina os riscos de extravio que podiam ocorrer com processos físicos (papel). Desde o dia 25 de junho até 20 de

dezembro de 2009, segundo estatística da Secretaria Judiciária (Sejud), o TJCE digitalizou e enviou ao STJ 261 recursos especiais e agravo de instrumento em recursos especial.

Foram 06 em junho; 36 em julho; 29 em agosto; 50 em setembro; 55 em outubro; 65 em novembro e 20 em dezembro. “Com o projeto Justiça na Era Virtual, os recursos denegatórios sofreram drástica redução, aumentando, consequentemente, o total de processos transitados em julgado, ou finalizados, no âmbito do Poder Judiciário cearense”, destaca o secretário judiciário Zacarias Araújo.

“Estamos absolutamente em dia quanto à digitalização e envio de recursos ao STJ e de recursos extraordinários ao Supremo Tribunal Federal (STF)”,



Cerimônia de transmissão do primeiro recurso especial para o STJ

garante. Segundo o secretário, no mesmo dia que o STJ recebe o processo é feita a distribuição e os autos são julgados rapidamente, “o que tem causado uma desmotivação das partes em entrar com recursos no STJ, visando procrastinar, ou seja, adiar a decisão final do julgamento do processo”, observou.

Zacarias Araújo explica que cabem recursos ao STJ, seja processo de natureza cível ou criminal, os autos julgados pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras – Cíveis e Criminais, isoladas e reunidas - e por decisão monocrática dos desembargadores.

Os recursos constitucionais ao STF e STJ são previstos no artigo 539 do Código de Processo Civil (CPC). Os recursos constitucionais extraordinários, de acordo com o mesmo artigo do CPC, somente são cabíveis no Supremo Tribunal Federal. Em 2009, o TJCE enviou digitalmente 59 desses recursos ao STF.

Admissibilidade

A partir da posse dos atuais gestores e até 20 de dezembro de 2009, o TJCE finalizou 900 processos em grau de recursos especiais e extraordinários. Dos 900 processos existentes, apenas 100 agravos denegatórios foram encaminhados à consideração dos ministros do STJ e do STF. Um total de 800 foram denegados, após análise de admissibilidade junto à Presidência e Vice-presidência da instituição.

Antes de seguir para os Tribunais Superiores, os processos são analisados criteriosamente pela Presidência e Vice-presidência do Tribunal de Justiça que julgam a admissibilidade de enviar ou não os autos à instância superior. Estes, quando for o caso, são remetidos,

via internet, pois o processo físico permanece sob a guarda do Tribunal de Justiça.

Quando a Presidência não reconhece a admissibilidade dos recursos constitucionais, ou seja, nega a subida do processo, a parte pode entrar com Agravo Denegatório junto ao STJ, que distribui a um de seus 33 ministros para julgamento e decisão final e junto ao STF para um dos seus 11 ministros.

O secretário judiciário garante que os ministros do STJ, de modo especial, têm elogiado, publicamente, a qualidade técnica, a clareza e a organização dos processos digitalizados pela Secretaria do TJCE, onde o trabalho é centralizado. A Sejud também é responsável pela remessa digitalizada dos recursos extraordinários ao STF.

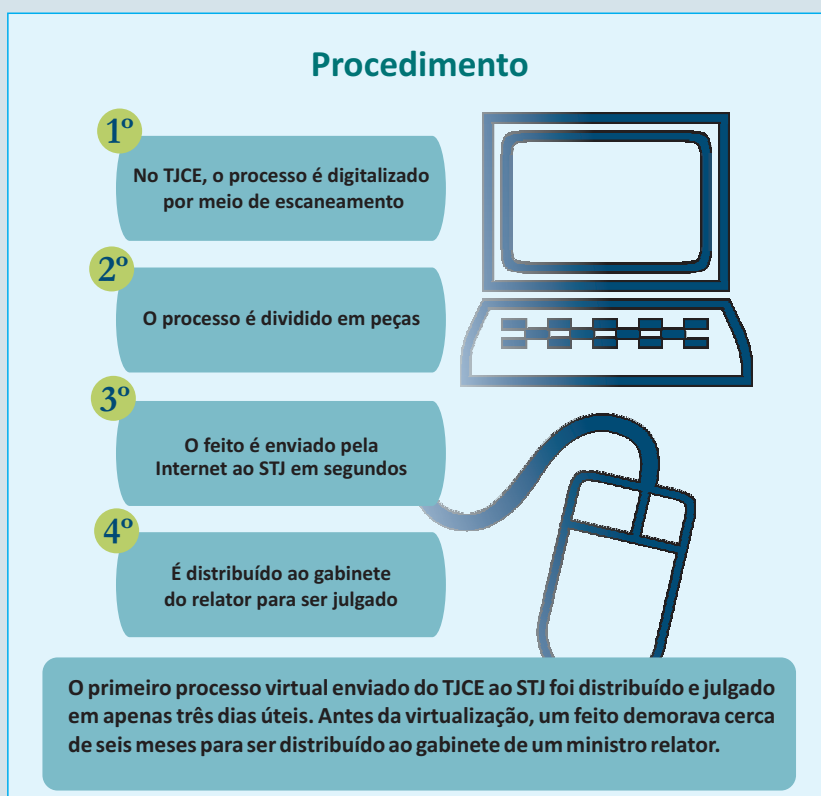
A virtualização dos processos permite que advogados, procuradores e as partes consultem as informações de causas em que atuem e peticionem, via internet, tendo acesso aos autos 24 horas por dia, sete dias por semana, a

partir de qualquer lugar do mundo.

Proporciona, também, economia de papel, de recursos com gastos de postagem e de espaço físico para arquivo dos autos.

O envio de processos virtualizados ao STJ e STF, que no ano de 2009 totalizaram 320, também abrevia o trâmite processual e combate a morosidade, já que as ações chegam mais rápido aos ministros julgadores. O tempo, que antes era de até seis meses, foi reduzido para poucos dias entre a transmissão, a distribuição e o respectivo julgamento.

O presidente do STJ, Cesar Asfor Rocha, tem defendido a virtualização dos processos judiciais como forma de tornar mais rápido o trâmite processual e, de fato, combater o problema da morosidade da Justiça, “o que tem sido efetivado pelo presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, com ações concretas neste sentido”, destacou o secretário Judiciário Zacarias Araújo.



INOVAÇÃO

TJCE cria programa para captar mais recursos e modernizar o Poder Judiciário

O Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado (PIMPJ), criado através da Lei Estadual nº 14.415/2009, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 11 de agosto de 2009, se constitui na principal fonte de captação de recursos para a modernização do Judiciário cearense.

A institucionalização do programa foi iniciativa da Secretaria de Tecnologia da Informação e viabilizada através da Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que tem à frente o economista Luís Eduardo Fontenelle Barros.

“Com mais fontes de financiamentos, o Poder Judiciário do Estado terá, no futuro, mais recursos para investir na sua modernização”

Luís Eduardo Barros

A Secretaria de Finanças também colaborou no projeto de modernização do Judiciário e na discussão técnica - com as Secretarias da Fazenda e de Planejamento e Gestão - das ações previstas e dos recursos necessários à criação de novos cargos de desembargadores, juízes de Direito e servidores.

A criação de 16 novos cargos de desembargador e de 105 de juiz de Direito foi viabilizada através da Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009. Em 2010, será aberto concurso público para

o preenchimento das vagas de juízes. Os oito novos desembargadores, segundo já anunciou o desembargador Ernani Barreira, deverão ser escolhidos, pelos critérios de antiguidade e merecimento, no decorrer do mês de junho de 2010. Uma das vagas será destinada ao Ministério Público, pelo critério de rodízio do quinto constitucional.

A Secretaria de Finanças também foi responsável pelos estudos de repercussão financeira, dos investimentos fixos e do custeio necessário ao cumprimento da meta do presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira, em elevar o número de membros do Tribunal Pleno e de magistrados de 1º Grau, destaca Luís Eduardo Barros.

“Com mais fontes de financiamentos, o Poder Judiciário do Estado terá, no futuro, mais recursos para investir na sua modernização, melhorando, em muito, a prestação dos serviços judiciais à sociedade cearense”, garante.

Mapeamento

O secretário de Finanças também destaca a participação técnica de sua pasta no mapeamento do fluxo de processos de pagamentos aos fornecedores do Poder Judiciário do Estado. “Identificamos os gargalos burocráticos e até os equívocos praticados pelos fornecedores no sentido de agilizar a tramitação dos documentos, na convicção de que o Judiciário precisa pagar em dia para poder desfrutar de preços

competitivos por parte dos fornecedores”.

“Até o final do primeiro semestre de 2010, todo fluxo de pagamentos do Tribunal de Justiça estará informatizado”

O mapeamento do fluxo de desembolsos para com os fornecedores da instituição, a partir de sua informatização, passou a ser mais veloz, mais eficaz e transparente, gerando uma economia em torno de 5% a 6%.

“Até o final do primeiro semestre de 2010, todo fluxo de pagamentos do Tribunal de Justiça estará informatizado, representando investimento da ordem R\$ 5 milhões, com recursos captados através do PIMPJ”.

Ele argumenta que a revisão dos procedimentos na área de pagamentos ensejará melhores preços ao Tribunal pela confiança na liquidez, “além da credibilidade junto aos fornecedores em virtude da celeridade na tramitação dos processos, proporcionando o pagamento das contas rigorosamente em dia”.

Luís Eduardo Barros também destaca o ganho de tempo para o fornecedor, que não precisa mais se deslocar até o TJCE para saber sobre a tramitação de seu processo. “Basta acessar o site do Tribunal na Internet (www.tjce.jus.br) e consultar o andamento do processo”.

Manual do fornecedor

O secretário confirma que o sistema era lento e as notas de empenho levavam, em média, 30 dias para serem pagas. “Com a nova sistemática implantada pela Secretaria de Finanças, os pagamentos são liberados numa média de 7 a 8 dias úteis, sem burocratização e com mais velocidade e segurança, graças à informatização dos procedimentos”.

“Se o fornecedor tiver a garantia de receber, no menor espaço de tempo, o preço do produto fornecido deverá ser reduzido”

O passo seguinte para agilizar a relação do Poder Judiciário com os fornecedores será a implantação do Manual do Fornecedor. O objetivo é ensinar, passo a passo, todos os trâmites para agilizar a liberação dos recursos empenhados em favor dos fornecedores de materiais e de prestação de serviços às unidades do Poder Judiciário.

“Se o fornecedor tiver a garantia de receber, no menor espaço de tempo, o preço do produto fornecido deverá ser reduzido, proporcionando economia de divisas”, reforça.

O manual conterà perguntas e respostas mais frequentes para orientação dos fornecedores do Tribunal de Justiça. Sua implantação será feita de acordo com o novo sistema de informatização, “de maneira a orientar os fornecedores já na nova sistemática eletrônica”, assegura Luís Eduardo Barros.

Depósitos Judiciais

Outra importante ferramenta para captação de mais

“O controle quantitativo dos recursos depositados era meramente simbólico, através de simples saldo fornecido pelas instituições financeiras”

recursos para investir na modernização da instituição foi a celebração de convênio com o Banco do Nordeste, que agora é o responsável pelo gerenciamento da conta única dos recursos dos Depósitos Judiciais.

A partir da vigência do acordo entre o TJCE e a direção do Banco do Nordeste, o Tribunal de Justiça pode movimentar até 50% do total dos depósitos originários de decisões judiciais.

O depósito judicial é determinado por ordem do juiz, independente de requerimento de ofício ou através de solicitação do interessado. O depósito é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto e a penhora.

Antes da parceria firmada com o Banco do Nordeste, os recursos dos Depósitos Judiciais eram

controlados pelo Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal. “O controle quantitativo dos recursos depositados era meramente simbólico, através de simples saldo fornecido pelas instituições financeiras”, informa o secretário de Finanças.

No primeiro trimestre de 2010, o Tribunal de Justiça – através de processo licitatório – vai adquirir um sistema de controle individualizado de cada depósito autorizado judicialmente. “Esse sistema vai permitir que o Poder Judiciário cearense faça o acompanhamento sistemático de toda movimentação financeira das mais de 30 mil contas dos depósitos judiciais”, garante Luis Eduardo Barros.

Ainda segundo o secretário de Finanças, o Tribunal de Justiça, através de emendas apresentadas pela bancada cearense na Câmara Federal, aguarda a liberação de recursos de cooperação técnica, não reembolsável, do programa de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos captados serão destinados ao Projeto de Modernização do Judiciário.



Secretário de Finanças, Luís Eduardo Barros, destaca o pagamento das contas em dia

MAGISTRADOS

Oito desembargadores são empossados em sessão histórica

A solenidade de posse dos oito novos magistrados, histórica em toda a existência do Poder Judiciário do Ceará, foi realizada no dia 26 de novembro de 2009, no auditório Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, sob o comando do desembargador Ernani Barreira Porto, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

O ato solene contou com a presença do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro César Asfor Rocha, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de familiares e amigos dos magistrados empossados e convidados. Os novos magistrados, todos juízes de Direito de Entrância Final, foram eleitos no dia 18 de novembro passado. Com a criação dos cargos passa para 43 a composição do Tribunal Pleno.

Pela primeira vez, nos seus 135 anos de existência, o TJCE empossou, de uma só vez, oito magistrados no cargo de desembargador. De acordo com o desembargador Ademar Mendes Bezerra, coordenador do Memorial

do Tribunal, não há lembrança de outra posse semelhante. A última posse coletiva foi realizada em 1995, quando assumiram seis desembargadores na gestão do desembargador José Ari Cisne.

Durante a solenidade do dia 26 de novembro de 2009, sete desembargadores ocuparam as vagas criadas pela lei estadual nº 14.407, de 15 de julho do corrente ano, que também alterou a lei estadual nº 12.342, de 18 de julho de 1994, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará.

A lei criou 16 cargos de desembargador e 105 de juízes de Direito. A outra vaga, que completou a nomeação de oito desembargadores em uma única sessão, foi aberta com a aposentadoria da desembargadora Gizela Nunes da Costa, em 22 de outubro de 2009.

As vagas foram classificadas pelos critérios de merecimento e antiguidade, conforme a Portaria nº 1.285, de 19 de outubro de 2009. Uma dessas 16 vagas de desembargador é do

quinto constitucional que será destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, seção Ceará (OAB-CE). Os próximos desembargadores que ocuparão as nove vagas restantes serão eleitos e empossados até o final do primeiro semestre de 2010.

Pela ordem e pelo critério de antiguidade foram empossados, no dia 26 de novembro, Francisco Barbosa Filho; Wilton Machado Carneiro (in memoriam); Clécio Aguiar de Magalhães e Francisco Auricélio Pontes (na vaga aberta com a aposentadoria da desembargadora Gizela Nunes da Costa).

Pelo critério de merecimento, também pela ordem, os desembargadores empossados foram: Francisco Suenon Bastos Mota; Paulo Camelo Timbó; Emanuel Leite Albuquerque; e Sêrgia Maria Mendonça Miranda.

Eleito no dia 18 de novembro de 2009 e empossado no dia 26 do mesmo mês, o desembargador Wilton Machado Carneiro, de 64 anos, natural de Fortaleza, faleceu na manhã do dia 3 de dezembro de 2009, vítima de ataque cardíaco.

Como juiz convocado, o magistrado já exercia, desde agosto de 2009, o cargo de desembargador. Wilton Machado Carneiro ocupava a vaga do desembargador Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, convocado interinamente para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os novos desembargadores devem compor as turmas da 5ª e a da 6ª Câmaras Cíveis, criadas pelo Assento Regimental nº 31/2009, publicada no Diário da Justiça do dia 1º de outubro de 2009.



Sessão histórica em que foram empossados oito desembargadores

SEGUNDA INSTÂNCIA

14 novos desembargadores em 2009

Antes da posse dos oito novos desembargadores integrantes do Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), pelos critérios de antiguidade e merecimento, em solenidade única realizada no dia 26 de novembro de 2009, cinco magistrados de 1º Grau e uma procuradora da Justiça assumiram o cargo de desembargador no decorrer de 2009, em virtude de aposentadorias, por tempo de serviço, de igual número de magistrados do 2º Grau.

A partir do dia 25 de junho, com a posse da desembargadora Vera Lúcia Correia Lima, o Pleno atingiu a sua composição total de 27 desembargadores. Com os oito novos membros, o Pleno do TJCE conta, hoje, com 33 desembargadores, em face do falecimento, no dia 3 de dezembro passado, do desembargador Wilton Machado Carneiro.

O 35º desembargador da atual composição do Pleno será nomeado pelo governador do Estado. Pelo critério do quinto constitucional, uma das 8 vagas de desembargador, das 16 criadas pela Lei Estadual 14.407, de 15 de julho de 2009, foi destinada à Ordem dos Advogados do Brasil - seccional do Ceará (OAB/CE).

A OAB/CE indicará uma lista sêxtupla e o TJCE elegerá uma lista tríplex a ser encaminhada ao governador do Estado, que nomeará o desembargador representante da OAB.

O TJCE não contava com 27 desembargadores desde a aposentadoria da desembargadora Maria Celeste Thomaz de Aragão,

em 24 de janeiro de 2009.

Em junho de 2009, o Pleno do Tribunal chegou à composição total com a posse dos desembargadores Francisco Gurgel Holanda, Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Francisco Pedrosa Teixeira e Vera Lúcia Correia Lima.

Ex-integrante do Ministério Público, Vera Lúcia foi nomeada pelo governador do Estado, Cid Ferreira Gomes, pelo critério do quinto constitucional, depois de integrar lista tríplex aprovada no Tribunal.

A desembargadora Maria Estela Aragão Brilhante foi a primeira magistrada a assumir o cargo em 2009. A posse ocorreu no dia 13 de fevereiro. O cargo estava vago com a aposentadoria da desembargadora Mariza Magalhães Pinheiro, ocorrida no dia 26 de janeiro.

Pelo critério de antiguidade, o desembargador Francisco Gurgel Holanda tomou posse no dia 23 de abril. Ex-titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, o magistrado teve

acesso ao cargo por conta da aposentadoria da desembargadora Huguette Braquehais, no dia 25 de março.

Em seguida, no dia 30 de abril, pelo critério de merecimento, assumiu a desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, que era juíza titular da 1ª Vara de Sucessões. O cargo estava vago com a aposentadoria, no dia 8 de março, do desembargador João de Deus Barros Bringel.

No dia 4 de junho, quem assumiu foi o desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, nomeado pelo critério de merecimento. O cargo estava vago em decorrência da aposentadoria, no dia 11 de abril, do desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro.

Ainda no mês de junho, no dia 18, o desembargador Francisco Pedrosa Teixeira foi nomeado pelo critério de antiguidade. O magistrado assumiu a vaga deixada pela desembargadora Lúcia Maria do Nascimento Fiúza Bitu, aposentada no dia 16 de abril.



Sessão de posse dos oito desembargadores é inédita na história do TJCE

SOLENIDADE

Entendimento entre os Poderes do Estado

O desembargador Ernani Barreira Porto, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), ressaltou, no discurso de saudação aos oito novos desembargadores empossados no dia 26 de novembro de 2009, “o profundo entendimento entre os Poderes constituídos do Estado do Ceará, através da inexorável consciência de seus líderes no sentido de que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, têm um só destinatário, o povo cearense; e uma só meta, a realização do interesse público”.

Na opinião do desembargador, o governador Cid Gomes “demonstrou uma sensibilidade ímpar e sem precedentes para com o Poder Judiciário, comprovando altivez e confiança no processo de

modernização que se delinea”.

No âmbito do Legislativo, o desembargador Ernani Barreira afirmou que a instituição, através de seu presidente, deputado Domingos Filho, “jamais olvidou seu papel de representante da sociedade, ensejando, mediante participação de todos os seus pares, uma tramitação célere, segura, independente e democrática de todos os projetos oriundo do Judiciário, propiciando um leque de modificações legislativas que permitirão uma profunda evolução na prestação jurisdicional”.

Mais célere

O presidente do TJCE destacou também em seu discurso: “Dou as boas-vindas aos novos

membros do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mulher e homens de insofreável espírito público, magistrados de imaculada carreira, que doam suas vidas à realização da Justiça e que têm, nesta posse, o merecido reconhecimento”, representando um passo rumo a uma prestação jurisdicional mais célere”, afirmou.

Ainda em seu discurso, o presidente do TJCE deu ênfase “à conjuntura favorável, aliada à vontade, partilhada por todos os que compõem o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, de dar novos parâmetros aos conceitos de celeridade, efetividade e eficiência, tornaram realidade, a outrora utópica ideia de ver ampliado, de forma significativa, o quadro de desembargadores desta Corte de Justiça, que será,



Desembargador Ernani Barreira resalta a sintonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

até meados de 2010, aumentado em 16 magistrados, com a criação de quatro novas Câmaras julgadoras, de elevar o número de juízes de primeiro grau, através da adição de 105 novos membros e de restringir o número de entrâncias do Estado do Ceará, ordenando positivamente a carreira da magistratura”.

O desembargador Ernani Barreira Porto destacou, ainda, que “as conquistas de hoje são importante passo rumo ao conjunto de melhorias que ainda virão com a virtualização dos processos no âmbito do Judiciário Cearense”.

Salto de qualidade

O chefe do Poder Judiciário estadual também deu ênfase ao investimento tecnológico. “Através da inserção consciente, precisa e estruturada de tecnologia, a prestação jurisdicional dará o salto de qualidade que todos anseiam, permitindo espetacular florescimento da sociedade e da economia deste Estado. Assim, sairemos de desconfortável posição e passaremos a ser exemplo para toda a América Latina.”

Destacou, também, que “a história não registra um só exemplo de país onde se tenha atingido com sucesso o pleno desenvolvimento sem que antes tivesse conseguido o alto grau de eficiência judiciária”.

Por outro lado, salientou o desembargador Ernani Barreira, “o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, de forma pioneira, contratou a Fundação Getúlio Vargas, com o escopo de formular novo plano de cargos, carreiras e remuneração, de forma a aliar os investimentos em tecnologia da informação, com o imperativo investimento no maior patrimônio do Poder Judiciário, o seu quadro de servidores. Assim, pretendemos

lutar pelo sucesso sem prejudicar o acesso”.

Imparcialidade

O desembargador Francisco Suenon Bastos Mota fez o discurso em nome dos demais desembargadores empossados. Ele defendeu que o juiz, para praticar e distribuir bem a Justiça, “deve adotar atitudes serenas e firmes, sem ostentação de autoridade, impondo-se não por teatralidade, porém mantendo sempre a constante vontade de decidir, dando a cada um o que é seu, mesmo que aos olhos do leigo parecer injusto”.

Na opinião dele, o correto exercício da atividade jurisdicional não deve ser omitido pelo juiz, “mesmo que venha ele correr o risco de enfrentar a malícia e até mesmo perseguição e ofensas de quem pediu e não tinha o direito de receber”.

Para Suenon Mota, “a aplicação da lei não pode ser

dificultada e a independência funcional do juiz somente está vinculada à Constituição e a lei”. Na visão do magistrado, para ser imparcial e justo, “o juiz deverá tratar da mesma forma todos aqueles aos quais a mesma regra é aplicável, sejam quais forem as conseqüências”.

O magistrado considera “inadmissível que o juiz adote conduta irregular e comportamento incompatível com a dignidade de seu cargo, devendo ele deixar de lado a vaidade, a arrogância, a arbitrariedade e a tirania”.

Entende o desembargador que “a sociedade reclama que a honestidade e a verdade sempre estejam a sobrepor nas decisões do juiz”. Suenon Mota avalia também que “o juiz imparcial não se intimida e nem se corrompe, pratica sempre a igualdade de todos perante a lei, fazendo prevalecer o seu compromisso com a paz e Justiça Social”.



Desembargador Suenon Mota fez o discurso em nome dos novos empossados

META 1

Planejamento estratégico norteará as ações do Judiciário para os próximos cinco anos

O Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) aprovou, no último dia 21 de janeiro, o Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense. O documento propõe 14 objetivos a serem atingidos nos próximos cinco anos, incluindo metas e formas de alcançá-las.

A elaboração do Plano foi coordenada pela Assessoria de Planejamento do TJCE e começou em abril de 2009, quando foram realizadas entrevistas com os secretários e assessores da Presidência do Tribunal, com a finalidade de rever o Mapa Estratégico do Poder Judiciário cearense, considerando o Planejamento Estratégico de 2007-2009 e o Mapa Estratégico do Judiciário

Brasileiro.

A partir dessas entrevistas, foram redefinidos os objetivos estratégicos da Justiça cearense, alinhados ao Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional e à proposta de trabalho da atual gestão. O processo teve a assessoria do consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Caloger Sauvenir Barbuscia.

Em novembro último, magistrados e servidores da Justiça cearense puderam enviar, por meio de formulários eletrônicos, sugestões de projetos para integrar o Plano Estratégico. No mesmo mês, foi promovida oficina com a participação de servidores de diversas unidades judiciárias com o objetivo de definir projetos e discutir novas ideias.

Ao fim desse processo, foram reunidos 53 projetos para viabilizar o cumprimento de cada um dos objetivos. O Plano estabelece indicadores estratégicos, com metas anuais a serem atingidas a curto (até 2010), médio (2011 e 2012) e longo prazos (2013 e 2014). Além disso, prevê reuniões trimestrais para análise da execução dos projetos previstos.

O assessor de Planejamento do TJCE, Luiz Ethevaldo de Albuquerque Guimarães, lembra que o Brasil está classificado, pelo IMD (International Institute for Management and Development), da Suíça, na 40ª posição, entre 57 países. O IMD avalia entre outros itens a administração razoável da Justiça. No ranking, o Brasil está atrás de nações de menor expressão econômica.

“É imperativo fazermos alguma coisa para melhorar a eficiência do nosso Judiciário e colocá-lo em lugar de destaque junto aos dos países mais desenvolvidos. O planejamento é uma ferramenta de fundamental importância para o ordenamento das tarefas que devem ser realizadas para alcançarmos esse objetivo”, afirma.

O que é o Plano Estratégico?

O Plano Estratégico 2010-2014 é um processo gerencial que permite determinar previamente objetivos estratégicos a serem alcançados e os meios pelos quais esses objetivos possam ser cumpridos



Assessor de Planejamento, Ethevaldo Guimarães

nos próximos cinco anos pela Justiça cearense.

A instituição de um plano plurianual é determinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu, por meio da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que os tribunais devem desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico de no mínimo cinco anos aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário brasileiro, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.

De acordo com a meta nacional de nivelamento número 1 do CNJ para 2009, todos os tribunais de Justiça do País deveriam aprovar o Plano Estratégico até 31 de dezembro do ano passado. O TJCE elaborou todo o documento em 2009, com ampla participação dos servidores, ficando postergada para 2010 apenas a aprovação pelo Pleno.

Conheça os 14 objetivos estratégicos do Judiciário cearense até 2014

- 1) Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva
- 2) Exercer responsabilidade socioambiental
- 3) Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça
- 4) Informar para conscientizar
- 5) Buscar a excelência na gestão de custos operacionais
- 6) Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, setores e instituições
- 7) Melhorar a produtividade
- 8) Buscar a modernização contínua
- 9) Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário
- 10) Garantir a valorização dos magistrados e servidores
- 11) Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços
- 12) Automatizar e integrar procedimentos e sistemas
- 13) Assegurar recursos para a execução da estratégia
- 14) Garantir infraestrutura adequada

José Osmar de Oliveira assume a Secretaria Geral do Tribunal de Justiça

O advogado José Osmar de Oliveira assume, pela segunda vez, a Secretária Geral do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em substituição a Raimundo Hélio Leite, exonerado a pedido. A nomeação foi publicada no Diário da Justiça do dia 13 de janeiro deste ano. Natural de Jaguaruana, Osmar de Oliveira exerceu o mesmo cargo na presidência do desembargador José Maria de Melo, no período de 1997/98.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), turma de 1971, exerceu diversos cargos no Poder Judiciário cearense. Foi assessor jurídico dos ex-presidentes Francisco da Rocha Victor e Fernando Luiz Ximenes Rocha, assessor do atual presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, e assessor do desembargador Francisco Sales Neto.



José Osmar de Oliveira exerceu diversos cargos na justiça cearense

MODERNIZAÇÃO

Reestruturação do Judiciário aumenta em 29% a capacidade de julgamento do Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) ampliou em 29,62% sua capacidade para julgar processos em 2009. Na prática, significa que a Justiça vai julgar as ações com mais rapidez. Bom para o Judiciário, excelente para o cidadão.

O acréscimo foi possível graças à implantação do Projeto de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário, idealizado pela atual gestão, presidida pelo desembargador Ernani Barreira Porto. O Projeto tem como finalidade aperfeiçoar e otimizar a estrutura e o funcionamento do Judiciário, tanto em nível de 1º como de 2º Grau. Para viabilizá-lo, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, que alterou o Código de Organização Judiciário do Estado do Ceará.

A aprovação permitiu elevar de 27 para 35 o número de desembargadores em novembro de 2009. Em 2010 também haverá outro reforço, com a posse de mais oito desembargadores, totalizando 43 o número de julgadores no

TJCE. Isso significa que, em menos de dois anos, o Tribunal terá aumentado em 59,25% sua capacidade de julgar ações somente na Justiça de 2º Grau, um fato inédito na história do Judiciário cearense.

**O Projeto criou
16 cargos de
desembargador,
105 de juiz, 73 de
assessor, 40 Varas em
Fortaleza,
e 29 nas demais
comarcas**

O aumento do número de desembargadores ensejou a criação de mais duas Câmaras Cíveis: a 5ª e a 6ª, elevando para 10 o número de Câmaras do TJCE – seis cíveis, duas criminais, uma cível reunida e uma criminal reunida. Inclusive, foi publicada a Portaria nº 1627, de 9/12/2009, que institui o Grupo Gestor de Apoio à Redistribuição, cujo objetivo é promover a reclassificação do acervo processual do Tribunal e fazer a

redistribuição dos processos para as duas Câmaras recém-criadas. Em 2010, deverão ser criadas mais duas Câmaras para receber os outros oito desembargadores que tomarão posse. Cada Câmara é constituída por quatro desembargadores, sendo que o mais antigo a preside.

A meta do presidente do TJCE é dotar a Justiça de um número suficiente de magistrados compatível com a demanda, possibilitando julgar os processos com mais rapidez e reduzir, consideravelmente, o volume de ações no Judiciário. “A sociedade cearense quer uma prestação jurisdicional célere e as propostas do Tribunal de Justiça têm essa finalidade”, afirmou o desembargador Ernani Barreira, a o d e s t a c a r q u e o s desembargadores cearenses têm a maior carga de trabalho do Brasil. O desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, integrante da 2ª Câmara Cível, corroborou com essa afirmação ao alertar que um desembargador com 4 mil processos para analisar “é irracional. É uma realidade que ofende à saúde do magistrado”.

Dados obtidos na Secretaria Judiciária revelam que, somente no TJCE, tramitam cerca de 50 mil processos, dos quais 36 mil são cíveis e 14 mil são criminais.

Justiça de 1º Grau aumenta quadro de juízes

A Justiça de 1º Grau também foi contemplada com a criação de mais 105 vagas para o cargo de juiz, sendo 79 para o cargo de juiz de Direito e 26 para juiz de Direito Auxiliar, os quais já foram



providos com a posse de 16 magistrados para entrância final e 10 para entrância intermediária. “40 vagas deverão ser preenchidas a partir do primeiro semestre de 2010 e as demais 39 no segundo semestre. O edital do concurso deverá ser publicado nos primeiros meses de 2010”, informou o juiz Auxiliar da Presidência do TJCE, Hortênsio Augusto Pires Nogueira.

Quando todos esses cargos forem providos, a Justiça de 1º Grau terá aumentado em 28,45% o seu número de julgadores, se considerada a estatística da Corregedoria Geral da Justiça, que contabilizou 395 juízes trabalhando na Primeira Instância durante o mês de setembro de 2009 (já inclusos os 26 que tomaram posse). Destes, 98 atuavam na entrância inicial, 104 na entrância intermediária e 193 na entrância final.

Das vagas criadas, 52 são de entrância final, assim distribuídas: Fortaleza (40 vagas), Caucaia (5), Sobral (2), Juazeiro do Norte (2) e Maracanaú (3). A entrância intermediária, formada por 62 comarcas do Interior cearense, ganhará 17 cargos de juiz de Direito que serão lotados nas seguintes Comarcas: Aracati, Boa Viagem, Barbalha, Crateús, Eusébio, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Maranguape, Massapê, Morada Nova, Quixadá, Tianguá, Tauá, e Várzea Alegre, todas com uma vaga. Foram



Lei permitiu elevar de 27 para 43 o número de desembargadores

criados 16 cargos de juiz de Direito Auxiliar de entrância final, sendo: Fortaleza (8); Caucaia (2); Juazeiro do Norte (2); Maracanaú (2); e Sobral (2).

A entrância intermediária foi contemplada com a criação de 10 cargos de juiz de Direito Auxiliar, distribuídos da seguinte forma: Iguatu (2); Crateús (2); Russas (2);

Quixadá (2) e Tianguá (2).

Também foram criados 10 cargos de juiz de Direito de entrância inicial para as Comarcas de Acarape, Ibicuitinga, Antonina do Norte, Quiterianópolis, Jijoca de Jericoacora, Barreira, Varjota, Ararendá, Nova Olinda e Piquet Carneiro, sendo uma vaga para cada Comarca.

Distribuição dos cargos criados

Entrância	Cargos de Juiz de Direito	Cargos de Juiz de D. Auxiliar
Final	52 (a ser provido)	16 (provido)
Intermediária	17 (a ser provido)	10 (provido)
Inicial	10 (a ser provido)	-

Criação de novas varas

Além disso, foram criadas mais 69 unidades jurisdicionais (varas), sendo 40 na Comarca de Fortaleza e 28 que serão distribuídas nas demais comarcas do interior do Estado. O Tribunal de Justiça disciplinará, através de resolução, a forma de implantação e as competências de cada uma das unidades jurisdicionais criadas, observando o limite de despesa do Poder Judiciário determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. As Varas Únicas das Comarcas de Boa Viagem, Massapê, Mombaça e Várzea Alegre foram transformadas em primeiras Varas.

Outra mudança introduzida pela Lei nº 14.407/2009 foi a reorganização da carreira da magistratura, com a supressão de uma entrância – passando de quatro para três – e a diminuição do diferencial remuneratório entre as mesmas de 10% para 5%. A nova classificação estabeleceu as seguintes entrâncias: inicial, intermediária e final. A inicial é composta por 100 comarcas do Interior; a intermediária é formada por 44 comarcas; e a final é composta por Fortaleza, Caucaia, Maracanau, Juazeiro do Norte e Sobral. Além disso, 35 municípios têm comarcas vinculadas à entrância inicial ou intermediária.

O Projeto de Modernização e Reestruturação tem sido apontado como a maior conquista de 2009 e a terceira maior da história do Poder Judiciário. A primeira foi a criação das secretarias de varas, em 1994, e a segunda foi a administração do desembargador José Maria Melo (1997-1998), com a construção do Fórum Clóvis Beviláqua e de outros fóruns no Interior do Ceará. A ampliação no número de desembargadores, juizes e servidores vai proporcionar uma Justiça ágil. “A sociedade quer uma prestação jurisdicional célere e esse Projeto vai possibilitar esse anseio”, disse o presidente do TJCE.

Comarcas onde serão instaladas as novas varas

Comarca	Novas varas
Caucaia	6 ^a , 7 ^a , 8 ^a , 9 ^a e 10 ^a
Juazeiro do Norte	6 ^a e 7 ^a
Maracanau	5 ^a , 6 ^a e 7 ^a
Sobral	6 ^a e 7 ^a
Aracati	3 ^a
Boa Viagem	2 ^a
Barbalha	3 ^a
Crateús	3 ^a
Crato	5 ^a
Eusébio	3 ^a
Iguatu	3 ^a
Itapipoca	3 ^a
Limoeiro do Norte	3 ^a
Maranguape	3 ^a
Massapê	2 ^a
Mombaça	2 ^a
Morada Nova	3 ^a
Quixadá	3 ^a
Tianguá	3 ^a
Tauá	3 ^a
Várzea Alegre	2 ^a

Perfil do Judiciário cearense

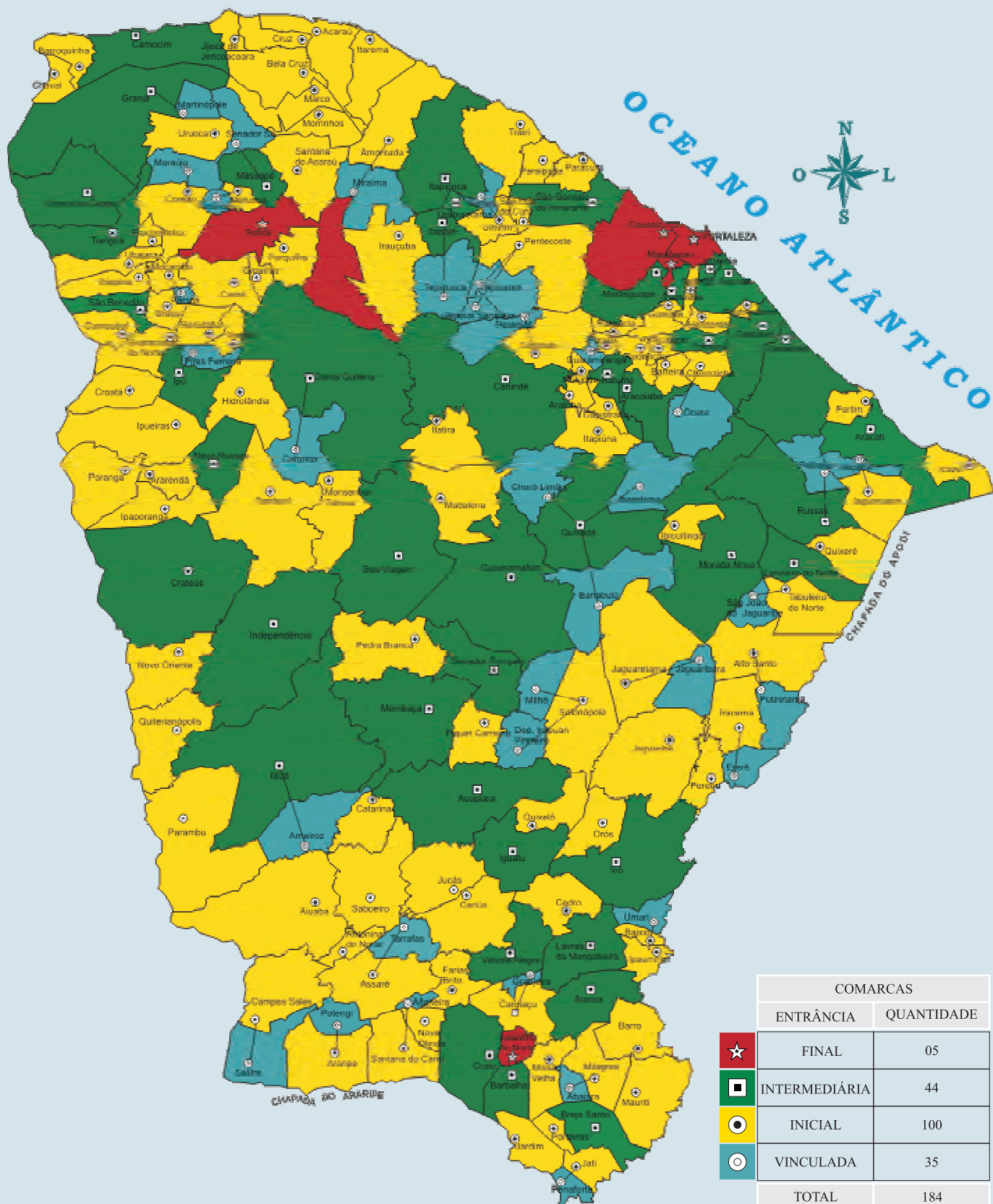
857.256
Processos tramitam no Judiciário
35
Desembargadores
395
Juízes
184
Comarcas
38
Juizados Especiais Cíveis e Criminais
372
Secretarias de Vara



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

DISTRIBUIÇÃO DAS COMARCAS POR ENTRÂNCIA

LEI Nº 14.407/2009



COMARCAS		
	ENTRÂNCIA	QUANTIDADE
★	FINAL	05
■	INTERMEDIÁRIA	44
●	INICIAL	100
⊙	VINCULADA	35
	TOTAL	184



Pleno do Tribunal de Justiça

BENEFÍCIOS

Valorização dos servidores

O Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) realizou diversas ações ao longo de 2009 voltadas para os servidores. Uma delas diz respeito à concessão de adicional de qualificação. De janeiro a novembro, houve um acréscimo de 60% sobre o vencimento-base dos servidores com diploma de especialização, de 80% em nível de

mestrado e de 100% para quem tem doutorado. No total, foram 185 servidores beneficiados com um acréscimo mensal em folha de pagamento de R\$ 163.730,37, em 2009.

Outra ação posta em prática pelo departamento foi a concessão de ascensão funcional, por critério de promoção, progressão por antiguidade e por desempenho.

Foram contemplados 3.514 servidores efetivos do TJCE.

Em 2009, também foram implantados em folha de pagamento 445 processos referentes à gratificação por substituição de cargo comissionado, totalizando R\$ 1.149.886,00. Desse total de processos, 119 correspondiam aos anos de 2005 a 2008 para pagamento no exercício de 2009.

CONCURSO PÚBLICO

Presidente nomeia candidatos aprovados

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) deu início, em outubro de 2009, ao processo de nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público do Poder, realizado em 2008. Os novos servidores foram nomeados através de atos assinados pelo chefe do Poder Judiciário cearense, desembargador Ernani Barreira Porto.

Até o dia 13 de janeiro deste ano, 124 candidatos, entre técnicos, analistas e oficiais de Justiça, foram nomeados. Desse

total, 88 tomaram posse, passando a atuar no TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua.

Segundo o secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju, Ramiro César de Paula Barroso, a nomeação dos 76 candidatos restantes deve ocorrer até o fim de janeiro de 2010. “A entrada dos novos servidores irá contribuir para uma maior prestação jurisdicional. Há uma demanda de pessoal muito grande, sobretudo na área administrativa, e o ingresso desses servidores é

importante porque vai trazer novos valores e mão-de-obra qualificada”, afirmou.

A organização do concurso público do TJCE de 2008 ficou a cargo do Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). A homologação do certame se deu no dia 13 de agosto de 2009, em sessão do Tribunal Pleno. Foram oferecidas 200 vagas para provimento de cargos de nível superior e médio no Judiciário cearense.

PLANO DE CARGOS

Fundação conclui trabalho

Está sendo analisado pelo desembargador Ernani Barreira Porto, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do pessoal do Poder Judiciário cearense, que foi elaborado por técnicos da Fundação Getúlio Vargas. O documento ainda será apresentado aos servidores. Após a aprovação dos desembargadores, em sessão do Tribunal Pleno, o documento será encaminhado em forma de um projeto de Lei à consideração da Assembleia Legislativa.

A iniciativa do chefe do Poder Judiciário cearense em contratar os serviços da Fundação Getúlio Vargas para elaborar o PCCR, tão reclamado pelos servidores da Justiça estadual, é inédita no serviço público cearense, ensejando que se ponha fim às desigualdades, sobretudo de cunho remuneratório e de promoções. O trabalho é impessoal e sobretudo científico. A Fundação Getúlio Vargas tem grande experiência na prestação de serviços ao setor público brasileiro.

Os técnicos da Fundação começaram a trabalhar na elaboração do PCCR do pessoal do Judiciário cearense desde o mês de julho de 2009, quando foi solenemente assinado o convênio, no valor de R\$ 771.500,00, para a elaboração do documento. De lá até o dia 19 de janeiro de 2010, quando oficialmente o documento foi entregue ao desembargador Ernani Barreira, o pessoal da Fundação examinou documentos, conversou com representantes dos servidores do Tribunal de Justiça e fez comparações salariais e de estrutura com outros órgãos do



Solenidade de assinatura do convênio

Judiciário brasileiro.

Em um dos encontros com servidores, no Tribunal de Justiça do Ceará, o coordenador do projeto, Ronaldo Werneck, assegurou que o Plano de Cargos obedeceria aos critérios de legalidade técnica e orçamentária, com repercussão financeira dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, pedindo que as propostas dos representantes dos servidores fossem encaminhadas por escrito para análise dos consultores a fim de que a Fundação finalizasse a consolidação das informações.

Pioneirismo

O desembargador Ernani Barreira, ainda na solenidade de assinatura do convênio com a Fundação Getúlio Vargas disse que esta é a primeira vez que uma instituição pública do Ceará

“atribui a um ente acreditado nacionalmente a tarefa de elaboração de um Plano de Cargos e Carreiras”. Para o presidente do Tribunal de Justiça, o fato de a Fundação ser uma entidade consagrada nacionalmente garante a elaboração de um plano impessoal, no qual se terá um diagnóstico preciso das categorias que compõem o quadro do Judiciário, valorando-os por critérios científicos.

O representante da Fundação, Armando Cunha, explicou que o projeto seria elaborado por meio de comissões de acompanhamentos, lembrando que a Fundação Getúlio Vargas tem grande experiência na prestação de serviços ao setor público brasileiro e que a parceria com o Judiciário cearense se inseria no contexto de modernização que a Justiça brasileira vem buscando.

CONFRATERNIZAÇÃO

Tribunal de Justiça promove Festa de Natal com orações, cânticos e distribuição de brindes

Mais de dois mil servidores participaram da confraternização natalina no Tribunal de Justiça. Houve momentos de oração, cânticos, chegada de Papai Noel de helicóptero e distribuição de brindes, além de sorteio de prêmios valiosos como TVs de LCD, geladeira e forno de microondas. Teve espaço para brincadeiras de criança, apresentação do coral do Colégio Christus e show do cantor Gustavo Serpa

A festa natalina dos servidores do Poder Judiciário do Ceará, realizada no dia 18 de dezembro de 2009, foi considerada um sucesso, pois agradou a todos, desde a direção da instituição até o servidor mais humilde, garante a comissão organizadora do evento.

O que mais motivou elogios foi a organização na distribuição das 3.500 cestas natalinas, dos kits lanches e dos brindes. Outra atração foi a chegada de Papai Noel de helicóptero à Praça da Justiça, o que fez a criançada vibrar de

alegria. Os organizadores estimam que cerca de 2.300 servidores participaram da confraternização. O cantor Gustavo Serpa animou a festa com músicas natalinas. Houve também a participação do coral de crianças do Colégio Christus.

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, considerou a iniciativa “um exemplo do espírito de união e fraternidade que vem tomando conta da Justiça do Estado, tangidos todos para festejar a data maior da cristandade”. O padre Emílio César Porto, da paróquia

de Guaiúba, conduziu uma reflexão sobre o verdadeiro sentido do Natal.

Muito elogiada - por todo o quadro de servidores, terceirizados, comissionados e estagiários das unidades do Poder Judiciário cearense - a recepção natalina foi organizada pela Presidência, Assessoria de Cerimonial, Assessoria de Comunicação, Assistência Militar, Secretaria de Administração, Departamento de Engenharia e Setor de Transportes, sob a coordenação da senhora Monique Gurgel, esposa do presidente do TJCE.



Coral das crianças do Colégio Christus interpretou canções natalinas



Servidores ganharam cestas, lanches e concorreram a prêmios

A premiação também foi considerada à altura da confraternização, com presentes valiosos e úteis. Foram sorteados 59 prêmios, com destaque para TVs comuns, geladeira, ventiladores, forno de microondas, TVs de LCD, poltronas giratórias, agendas eletrônicas e cestas de vinhos.

“Foi um Natal especial, com bons prêmios, alguns muito valiosos, e bem organizado”, confirma Heraldo Menezes Lima, do Cerimonial do TJCE.

Alexandre Alves Ferreira, terceirizado do Departamento de Apoio à Presidência, há 10 anos trabalhando no Tribunal, foi um dos ganhadores. Ele foi sorteado com uma TV de 21 polegadas e considerou a confraternização “inédita, farta na distribuição de brindes e perfeita na organização”.

Na opinião dele, a presença do Papai Noel foi inesquecível para suas filhas Vitória, 7, e Milena, 1, que ficaram encantadas com a presença do bom velhinho.

O servidor José Maria do Nascimento, com 38 anos de

serviços prestados à Justiça Estadual, lotado no Departamento de Recursos Humanos, também foi premiado com uma TV de LCD, 32 polegadas. “A confraternização foi de primeira qualidade. Nunca participei de festa igual nesses meus 38 anos como servidor”, garantiu.

“Em termos de organização e distribuição de brindes, a confraternização de 2009 foi sem precedentes, inigualável”

Subtenente Roberto Matias

Outro ganhador foi o subtenente Roberto Matias de Oliveira, lotado na 8ª unidade do Grupamento de Bombeiros da Polícia Militar, vinculado à Assistência Militar do TJCE. O militar foi sorteado com uma TV de LCD de 19 polegadas.

“Em termos de organização e distribuição de brindes, a confraternização de 2009 foi inigualável”. O subtenente Roberto considerou “muito importante, nesse período natalino,

a simbolização do nascimento de Jesus, que é o verdadeiro espírito natalino”.

Luiz Gonzaga Vasconcelos Coelho, servidor há 45 anos, lotado no gabinete da desembargadora Maria Estela Aragão Brilhante, não ganhou presente, mas considerou a festa um sucesso. “Jamais participei de uma confraternização natalina tão organizada quanto a de 2009”.

De parabéns estão os integrantes da comissão organizadora da festa, que deixou a todos satisfeitos, inclusive as crianças, filhos de servidores, que ficaram emocionados com a chegada do Papai Noel, de helicóptero, fato que nunca havia acontecido nas confraternizações natalinas do Judiciário cearense, afirma Luiz Gonzaga.

O primeiro evento alusivo à festa natalina foi a realização de um bazar, a partir de 15 de dezembro, na sede do TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua. Houve, ainda, apresentação do coral das crianças da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL), além de missa em Ação de Graças.

PROJETO PEDAGÓGICO

Convênio viabiliza capacitação no campo jurídico

O Projeto Pedagógico de criação dos Centros de Formação de Pessoal Técnico para o Poder Judiciário do Ceará decorre de uma idealização do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, prontamente acolhida pelo governador do Estado, Cid Ferreira Gomes, e tem como objetivo, em termos gerais, oferecer qualificação profissional inicial no campo jurídico aos alunos matriculados ou recém egressos do Ensino Médio das escolas públicas e privadas do Estado do Ceará, bem como qualificação profissional continuada aos servidores que já atuam na área.

Mediante a Portaria nº 1245, de 14 de outubro de 2009, do presidente do TJCE, foi criada Comissão incumbida de elaborar e avaliar a implantação desse Projeto, constituída por técnicos do Judiciário cearense e doutorandas do curso de Educação da Universidade Federal do Ceará.

Traduz-se o referenciado Projeto em posição de vanguarda a ser alcançada pelo nosso Estado quando de sua implementação, como instrumento de passagem do

presente para o futuro, adotando-se novo caminho teórico-metodológico a ser percorrido ao longo das ações educativas, grade curricular específica e metodologia de avaliação tanto do processo quanto do produto.

Pretende-se estimular na população cearense a aquisição de conhecimentos sobre a área judiciária estadual, inclusive a mudança do perfil dos estudantes do Ensino Médio, com grandes benefícios à sociedade, tendo em vista que a nova cultura sobre as elevadas funções da Justiça pressupõe estrutura curricular mais

flexível, adaptada às demandas do mundo contemporâneo.

O Poder Judiciário e o Poder Executivo do Estado do Ceará se irmanam na criação dos Centros de Formação de Pessoal Técnico para o Poder Judiciário do Ceará, Projeto este amparado por concepções de novas ações educativas e políticas, ao embutir, intencionalmente, a concepção do cidadão que se pretende construir, oferecendo-lhe oportunidade real de qualificação para o trabalho, facilitadora de novas conquistas para o crescimento pessoal e profissional.



Objetivos do curso

Geral

- Oferecer qualificação profissional inicial no campo jurídico aos alunos matriculados ou recém egressos do Ensino Médio das escolas públicas e privadas do Estado do Ceará, bem como qualificação profissional continuada aos servidores que já atuam na área.

Específicos

- Oferecer embasamento teórico e prático através de disciplinas modulares oferecidas de forma integrada ou sequencial ao curso regular;
- Capacitar o aluno para enfrentar as diversas situações cotidianas no mundo jurídico nos aspectos procedimentais e atitudinais;
- Desenvolver no aluno os valores éticos e comportamentais necessários ao desempenho das atividades junto aos profissionais do Direito e aos órgãos do Poder Judiciário cearense.



Criação da Editora permitirá melhor aproveitamento do Parque Gráfico do TJCE

PUBLICAÇÕES

Editora do Poder Judiciário

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura concluiu, em novembro passado, o projeto de criação da Editora do Judiciário cearense. O trabalho foi elaborado pelos professores Geraldo Jesuino da Costa (coordenador), João Vianey Campos de Mesquita e Antônio Cláudio Lima Guimarães, após a efetivação do convênio celebrado entre o Judiciário, representado pelo desembargador Ernani Barreira Porto, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, e aquela Fundação ligada à Universidade Federal do Ceará.

O desembargador Ernani Barreira, logo no início de sua administração, no ano passado, entendendo que havia necessidade de se ter um melhor aproveitamento do Parque Gráfico do Judiciário, foi ao encontro da Universidade para viabilizar um projeto de transformá-lo em Editora, após o cumprimento de todas as formalidades legais, inclusive seu registro no Ministério da Cultura, o que ora se processa.

Os professores da Universidade, antes de fazer o registro da Editora, apresentaram ao presidente do Tribunal de Justiça um bem detalhado estudo que incluiu o Organograma, Memorial Descritivo, Regimento, Fluxograma, Política Editorial, Adequação do Espaço Físico e as Ações Imediatas.

Pelo Regimento proposto, a Editora do Poder Judiciário do Estado do Ceará é um órgão do Tribunal de Justiça do Estado do

Ceará e tem por finalidade editar as obras da natureza jurídica de sua lavra, interesse ou alçada, bem como, o Diário da Justiça. Segundo ainda o documento, compete à Editora: planejar, editar e publicar, estabelecer critérios de propriedade, prioridade e qualidade para as suas publicações, celebrar, quando necessário, coedições e/ou convênios com pessoas físicas ou instituições públicas ou privadas; e divulgar e disponibilizar para aquisição, sua produção editorial.

Finalidade

A Editora tem por finalidade editar e publicar: obras de valor jurídico de autores nacionais ou internacionais; resgatar e reeditar obras de relevante importância para a área jurídica, periódicos científicos da área jurídica ou congêneres, obras de interesse cultural da Instituição, do Estado do Ceará e da Região Nordeste, revistas de informação da área jurídica estadual ou afim, publicações oficiais do Tribunal de Justiça do Ceará, anais, catálogos e relatórios de interesse da área jurídica e materiais impressos de divulgação do Tribunal de Justiça.

A produção da Editora será disposta em duas categorias: publicações não editoriais, no caso peças destinadas à divulgação interna ou externa e ao suporte dos trabalhos formais da Instituição, e publicações editoriais como periódicos (fascículos de coleções acadêmicas ou científicas com

periodicidade), avulsas (livros, anais, relatórios e assemelhados, publicados sem periodicidade, oficiais (jornais, informes, conjunto de documentos e outras de igual classificação). Qualquer das suas publicações poderá ser produzida em suporte convencional (papel) ou em versão eletrônica (CD e DVD).

Todas as publicações editoriais receberão o sinete da Editora e serão incluídas em catálogo. As publicações avulsas e não editoriais serão produzidas com as características que lhes exigem o objetivo, primando-se pela discricção, boa qualidade gráfica e economia. As publicações oficiais, avulsas ou periódicas, receberão o tratamento e suporte material de acordo com as necessidades da Instituição e suas tiragens serão determinadas pela exigência da demanda. Quando periódicas, receberão o planejamento gráfico e editorial planejado para a coleção e terão as tiragens negociadas com cada editor e estabelecidas com base em assinaturas, demanda local e reserva técnica.

Quando avulsa, a publicação receberá projeto gráfico-editorial exclusivo proposto pela editora, em consonância com o autor. As tiragens podem ser negociadas, partindo-se do princípio que a editora produzirá primeiras edições sempre com número reduzido de exemplares para teste de mercado, salvo orientação do departamento de vendas ou condições especiais.

RECURSOS

Inadimplência dos Cartórios cearenses é reduzida em 90%

Mais de 90% dos 632 Cartórios (serventias extrajudiciais) instalados em todo o Estado do Ceará não mais acumulam débitos relacionados aos repasses dos percentuais das custas recolhidas para o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju). O restante – cerca de 10% – está inadimplente e, portanto, não recebe Selos de Autenticidade Extrajudicial, distribuídos pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

O secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju, Ramiro César de Paula Barroso, garante que a equação era inversa, ou seja, 90% dos Cartórios estavam inadimplentes, antes da edição da Portaria nº 1006, de 28 de agosto de 2009.

O ato administrativo autoriza o presidente do TJCE a editar atos para o fiel cumprimento

da Lei nº 14.338, de 22 de abril de 2009. “A compensação dos débitos, permitida pela Portaria (1006/09), reduziu em cerca de 90% o índice de inadimplência dos Cartórios, tanto da Capital como do Interior”, ressalta Ramiro Barroso.

A redução do índice de inadimplência começou com a extinção do Fundo Especial para o Registro Civil (Ferc) e a transferência de suas atribuições para o Fermoju

Na opinião do Secretário de Recursos Humanos, a redução do índice de inadimplência começou com a extinção do Fundo Especial para o Registro Civil (Ferc) e a transferência de suas atribuições para o Fermoju. “Assim, o Tribunal de Justiça passou a administrar e fiscalizar a venda dos Selos de

Autenticidade. O passo seguinte foi a edição da Portaria 1006/09”, ressalta Ramiro Barroso.

“Em nenhuma hipótese será admitido pagamento de quaisquer valores a cartórios que estejam em situação irregular perante o Fermoju”, diz, textualmente, o parágrafo 2º do artigo 7º da Portaria, destaca Ramiro César Barroso. O pagamento do Selo de Autenticidade, adquirido junto ao Fermoju, será efetuado no prazo máximo de 10 dias, em guia própria, tendo como base os selos utilizados no período.

A Portaria nº 1006/2009, vigente a partir de 1º de setembro de 2009, estabelece procedimentos administrativos para gestão das receitas obtidas com a venda de selos de autenticidade extrajudicial e para concessão de subsídios aos cartórios de registro civil, decorrentes de expedição, gratuita, de registros de nascimento e de óbito.

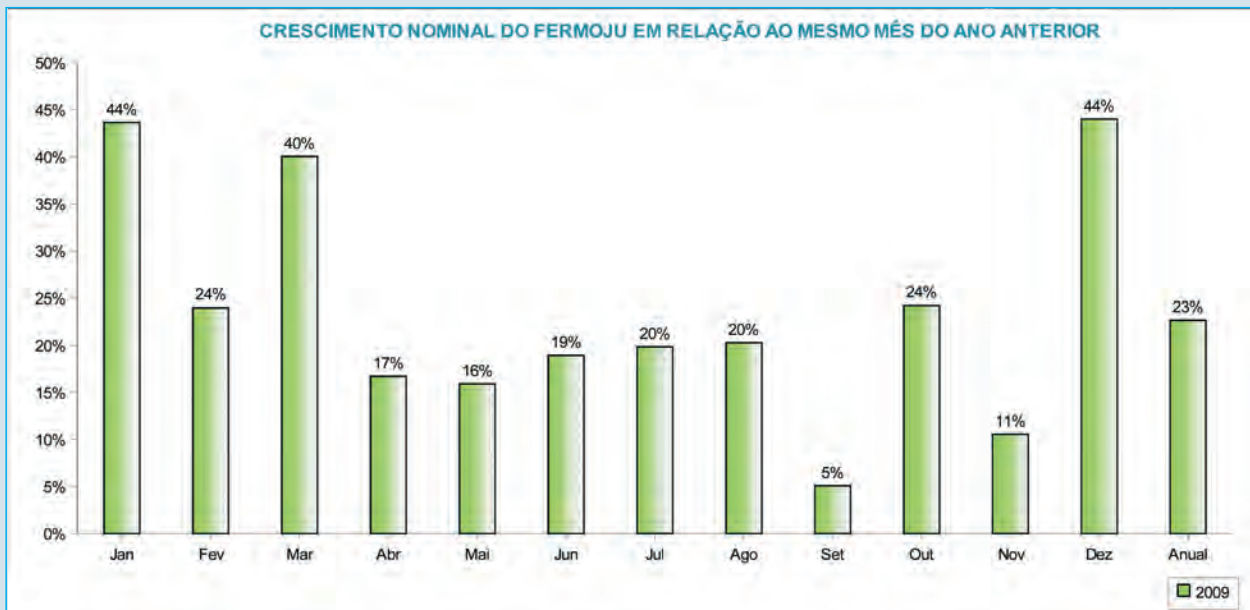
O ato administrativo fixa, também, os valores dos selos de autenticidade extrajudicial e regulamenta os procedimentos relativos à arrecadação e fiscalização de receitas obtidas com a venda desses selos e a concessão de subsídios aos cartórios de registro civil das pessoas naturais que efetuam atos gratuitos de registro civil de nascimento e de óbito.

Para esses cartórios, o TJCE, através do Fermoju, repassa cerca de R\$ 1 milhão todo mês. Quando há débitos com o Tribunal, o repasse é deduzido em 10% do valor da dívida.

O Fermoju foi criado pela Lei Estadual nº 11.891, de 20 de



Secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju, Ramiro Barroso



dezembro de 1991, com a finalidade de suprir o Poder Judiciário de recursos financeiros para a elaboração e execução de planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento e descentralização dos serviços judiciais.

Total de cartórios

Dos 632 cartórios, 29 funcionam na Região Metropolitana de Fortaleza: São seis de Registro de Imóveis; 10 Notarial (escrituras de imóveis, reconhecimento de firmas, autenticação de documentos e procurações); cinco de Registro Civil de Pessoas Naturais; três de Registro de Distribuição de Títulos e cinco de Registro Civil dos Distritos Judiciais.

Os cartórios dos Distritos Judiciais estão localizados nos bairros de Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Mucuripe e Parangaba. O TJCE, através do Fermoju, compra os selos e revende aos cartórios para autenticação dos documentos.

A compra dos selos era atribuição do Fundo Especial para o Registro Civil, administrado pela Associação dos Notários e Registradores do Ceará (Anoreg-Ce). O Fundo foi extinto pela Lei

14.338, de 22 de abril de 2009. A mesma norma, no artigo 5º, autoriza o chefe do Poder Judiciário cearense a baixar os atos necessários ao fiel cumprimento da lei.

Na partilha dos recursos arrecadados com a comercialização dos selos, 15% são destinados ao custeio do Fermoju e 85% são rateados entre os cartórios de registro civil, em todo o Estado, que expedem, gratuitamente, certidões de óbitos e de nascimento. A distribuição é feita de acordo com a média de atos gratuitos praticados pelos cartórios.

O artigo 27 da norma assinada pelo desembargador Ernani Barreira Porto estabelece que os débitos de responsabilidade dos notários e registradores de distribuição extrajudicial, não pagos nos prazos estabelecidos pela legislação, serão remetidos para inscrição na Dívida Ativa do Estado.

A cobrança da dívida em juízo ocorre no prazo de 15 dias, contados da data em que foi efetuada a notificação para pagamento. A ação de execução da dívida é proposta pela Procuradoria Geral da Justiça (PGJ).

Os selos de autenticidade somente são repassados aos

cartórios adimplentes, com acordo de parcelamento do débito e os de registro civil que fazem compensação dos repasses do Fermoju.

Novos selos

A aplicabilidade da Lei Estadual 14.338/2009 resultou, na implantação, por parte do Tribunal de Justiça, de 14 novos modelos de selos de autenticidade que já estão sendo utilizados pelas serventias extrajudiciais (cartórios notariais e registrais) do Ceará.

Foram criados 14 selos de autenticidade: registral distribuição; reconhecimento de firma; autenticação; cidadão, segunda via e segundo traslado; notarial I (protesto de títulos); notarial II (procurações e escrituras sem valor declarado); notarial III (escrituras com valor declarado); registral civil (nascimento e óbito); segundas vias de nascimento ou óbito e averbações gratuitas.

E mais: registral de casamento; registral de títulos, documentos civil e de pessoas jurídicas; registral imóveis I (averbações e registro de pacto antenupcial); registral imóveis II (outros registros) e registral de firmas – DUT Detran.

MODERNIZAÇÃO

TJCE investe R\$ 59,4 milhões em infraestrutura

O Judiciário cearense tem um orçamento, até 2010, de R\$ 59,4 milhões para investimentos em infraestrutura. As ações compreendem construção e reforma de fóruns, residências oficiais de juízes, juizados especiais e da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec).

Somente a construção de novos fóruns demandará um investimento de R\$ 32,9 milhões. O primeiro concluído em 2009 foi o novo Fórum Desembargador Joaquim Olímpio da Silveira Carvalho, da Comarca de Caucaia, de entrância final. Com inauguração prevista para 2010, a construção do prédio na Região Metropolitana de Fortaleza demandou investimento da ordem de R\$ 6,7 milhões, valores empenhados ainda em 2008.

Segundo o secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Eliardo Ximenes Rodrigues, estão em andamento as construções dos fóruns das comarcas de entrância intermediária de Tauá, município localizado na Região dos Inhamuns; Limoeiro do Norte, no Vale do Jaguaribe; e Mombaça, no Sertão Central. Também está em curso a edificação da nova sede do Juizado Especial da Mulher da Comarca de Juazeiro do Norte (entrância final), na Região do Cariri.

Outras nove comarcas ganharão novos fóruns, cuja elaboração dos projetos está em andamento. De entrância intermediária, serão edificadas sedes para as unidades judiciárias de Boa Viagem e Quixeramobim, no Sertão Central; Várzea Alegre, no

Centro-Sul; e Cascavel e Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza. De entrância inicial, estão sendo licitados os fóruns da Comarcas de Assaré, na Região do Cariri; Frecheirinha, na Zona Norte; Pereiro e Tabuleiro do Norte, no Vale do Jaguaribe. A Comarca de Itapipoca, de entrância intermediária, também ganhará novo fórum, em licitação.

Além da construção de novos prédios, o Tribunal de Justiça do Ceará investe na reforma dos espaços forenses, em um gasto previsto de R\$ 3,7 milhões. Já foram concluídas as reformas dos fóruns de Penaforte, no Cariri (comarca vinculada); Aiuaíba e Tamboril, no Sertão dos Inhamuns; Pindoretama, na Região Metropolitana; Aratuba e Redenção, no Maciço de Baturité; Nova Olinda, Mauriti e Missão Velha; no Cariri; Graça, na Região da Ibiapaba; Jucás, no Centro-Sul; Umirim, Granja e Reriutaba, na Zona Norte (todas de entrância inicial); e Mombaça, no Sertão Central (de entrância intermediária). Os Juizados Especiais de Itapipoca, no Litoral Oeste (entrância intermediária); e Maracanaú, na Região Metropolitana (entrância final) também foram reformados

Estão em andamento, a reforma dos fóruns de Chaval, no Litoral Oeste; Acaraú e Meruoca, na Zona Norte; Araripe, no Cariri; Fortim, no Litoral Leste; e Quixelô, na Região Centro-Sul (entrância inicial); Aracoiaba e Baturité, no Maciço de Baturité; e Eusébio, na Região Metropolitana (entrância intermediária).

Em licitação, estão as reformas dos fóruns de Itaitinga,



Secretário de Administração, Eliardo Rodrigues, anuncia investimentos em infraestrutura

na Região Metropolitana; Coreaú, na Zona Norte; Jaguaratama e Icapuí, no Vale do Jaguaribe (entrância intermediária).

Os investimentos do TJCE no Interior do Estado incluem ainda a reforma de residências oficiais de juizes nas comarcas de Araripe, Barbalha, Boa Viagem, Cariús, Sobral, Massapê e Paraipaba (concluídas); Baturité (em andamento); Apuiarés, Aracati, Chaval, Frecheirinha, Granja, Redenção, Solonópole e Tianguá (em licitação). O total estimado de investimentos na reforma desses imóveis é de R\$ 642,5 mil.



TJCE investiu na construção de novos gabinetes

Ações de urgência garantem funcionamento de fóruns afetados pelas enchentes

A quadra chuvosa de 2009 foi uma das mais rigorosas nas últimas décadas no Ceará. Nos municípios de Granja, a 352 km de Fortaleza, e Reriutaba, a 309 km da Capital, os fóruns locais sofreram prejuízos por conta das enchentes e tiveram o funcionamento suspenso por algumas semanas. A ação rápida da Administração do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), porém,

viabilizou os reparos para que os espaços forenses voltassem a servir à população normalmente.

Em ambas as cidades, os prazos processuais foram suspensos. Em Granja, os juizes Evaldo Lopes Vieira e Daniela Lima da Rocha, então titulares da 1ª Vara e da 2ª Vara daquela comarca, respectivamente, despacharam os processos urgentes das próprias residências enquanto o

Departamento de Infraestrutura providenciou a completa reforma do fórum.

Em Reriutaba, o expediente foi suspenso por 20 dias, período no qual o juiz Rogério Henrique do Nascimento despachou os processos urgentes da própria casa e da Comarca Vinculada de Varjota, cidade vizinha.

Ampliação do TJCE é o principal investimento na Capital

A construção do 3º pavimento do Palácio da Justiça Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, para a instalação dos 16 gabinetes dos novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) é o principal investimento do Poder Judiciário na capital cearense. A obra, prevista para ser concluída em 2010, demandará recursos da ordem de R\$ 15 milhões.

Serão investidos R\$ 22,1 milhões em ações de infraestrutura no TJCE, no Fórum Clóvis Beviláqua, na Escola Superior da

Magistratura do Ceará (Esmec) e nos juizados especiais.

No TJCE, também foram construídos oito gabinetes no Centro de Documentação e Informática para receber os novos desembargadores empossados em 2009 (uma das vagas ainda será preenchida por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará - OAB/CE). As instalações serão utilizadas até a conclusão do 3º pavimento do prédio. As intervenções no Palácio da Justiça incluíram ainda modernização de mobiliário e de um dos elevadores.

No Fórum Clóvis Beviláqua, foi reformada a cobertura, o gradil, as instalações hidráulicas, a caixa d'água e construídos dois banheiros públicos.

As cobertas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs) também foram reformadas. A 4ª unidade do JECC, sediada no bairro Benfica, também foi beneficiada com uma reforma. Outro destaque foi a reforma geral da Esmec, com melhorias de infraestrutura e inauguração da Biblioteca Juiz Roberto Jorge Feitosa de Carvalho.



Nova edificação do Fórum de Caucaia

INAUGURAÇÕES

Comarca de Caucaia ganha novo fórum

O Poder Judiciário já tem nova sede no município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. O Fórum Desembargador Joaquim Olímpio da Silveira Carvalho foi inaugurado no último dia 19 de janeiro. O novo prédio abrigará o funcionamento de seis varas, sendo cinco delas já instaladas, em um investimento estimado em R\$ 6,7 milhões.

A solenidade inaugural contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto; do vice-presidente da instituição, desembargador José Arísio Lopes da Costa; do corregedor geral da Justiça, em exercício, desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha; e da diretora

do Fórum de Caucaia, juíza de Direito Sandra Helena Fortaleza de Lima Bessa. Também estiveram presentes o governador do Estado, Cid Gomes; e o prefeito de Caucaia, Washington Gois, além de outras autoridades.

Durante o evento, o desembargador Ernani Barreira destacou que a conclusão do Fórum de Caucaia também se deve ao esforço de gestões anteriores à atual, especialmente às dos desembargadores João de Deus Barros Bringel e Fernando Luiz Ximenes.

O presidente do TJCE agradeceu a parceria com a Prefeitura de Caucaia, com a qual foi celebrado convênio para a construção do espaço forense. O município investiu R\$ 1 milhão na obra, com ações de

urbanização e infraestrutura do entorno do fórum, além da cessão do terreno.

A parceria com o Poder Judiciário foi ressaltada pelo prefeito Washington Gois, que considerou a data da inauguração como “um dia de grande alegria” para Caucaia, onde o novo fórum dará melhores condições de trabalho para magistrados e servidores.

Também participaram da solenidade a procuradora geral da Justiça do Estado, Socorro França; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7), José Antônio Parente; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccção Ceará (OAB/CE), Valdetário Monteiro; o deputado federal Eugênio Rabelo e demais autoridades.



Edificação é a mais moderna do Judiciário cearense

O Fórum Desembargador Joaquim Olímpio da Silveira Carvalho, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, é composto de modernas instalações que ocupam uma área de 2.890 metros quadrados.

A construção tem ambientes dimensionados adequadamente e o mais alto grau de ergonomia no mobiliário, priorizando a funcionalidade e o bem-estar dos servidores, juízes e jurisdicionados. Cada uma das varas é dotada de secretaria, sala do diretor da secretaria, arquivo, sala de audiências e gabinetes para juiz e para promotor.

Além das varas, o espaço contará com Central de Distribuição; Diretoria; Salão do Júri, com capacidade para 165 pessoas; salas para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública, Ministério Público, oficiais de Justiça e agentes de proteção aos menores; Central de Mandados; complexo de celas; acesso a terminais bancários e telefone público. O prédio é adaptado para pessoas com necessidades especiais.

A estrutura entregue mereceu vários elogios das autoridades presentes. O governador do Estado, Cid Gomes, parabenizou a Comarca

de Caucaia pelo recebimento de um espaço físico que poderá “abrigar com dignidade os que trabalham e, principalmente, os que demandam a Justiça” na cidade.

A diretora do Fórum, juíza Sandra Helena de Fortaleza Lima Bessa, comemorou a entrega de uma obra esperada há anos. “A Justiça estadual da Comarca de Caucaia deixa para trás uma era de práticas obsoletas, de condições de trabalho difíceis e avança em busca da era digital e virtual”. E finalizou: “A Comarca de Caucaia recebe hoje o mais moderno prédio do Judiciário deste Estado”.

Fórum de Pindoretama recebe o nome do desembargador Wilton Machado Carneiro

Aperfeiçoar cada vez mais a prestação jurisdicional é um dos objetivos da atual administração do Poder Judiciário cearense, que tem intensificado seus esforços para oferecer ao cidadão uma Justiça ágil e efetiva. Um dos resultados dos investimentos é a melhoria das instalações físicas dos prédios das comarcas cearenses, o que traz mais conforto para os servidores e para os usuários da Justiça.

Exemplo desse aperfeiçoamento foi a inauguração das novas instalações do Fórum da Comarca de Pindoretama, distante 49 km de Fortaleza. A solenidade, realizada no último dia 8 de dezembro, reuniu autoridades do Judiciário, da política local e convidados.

Participaram do evento o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto; o vice-presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa; a diretora do Fórum de Pindoretama, juíza Regma Aguiar Dias Janebro; e a

prefeita da cidade, Regina Lúcia Vasconcelos Albino, entre outras autoridades.

A Orquestra de Sopro de Pindoretama animou a inauguração no novo Fórum, que recebeu o nome do desembargador Wilton Machado Carneiro, falecido no último dia 3 de dezembro, vítima de ataque cardíaco. A proposição foi aprovada pelo Tribunal Pleno no dia 7 de janeiro deste ano.

O desembargador Ernani Barreira afirmou que o Fórum de Pindoretama representa a nova fase do Poder Judiciário do Ceará, que trabalha para a otimização da

prestação jurisdicional. “Temos a consciência de que a sociedade não está satisfeita com o nosso trabalho. Sabendo disso, estamos mudando o nosso modo de trabalhar para atender aos anseios da sociedade”. O novo fórum, adaptado para portadores de necessidades especiais, abrigará a Vara Única da Comarca, salão do júri com capacidade para 64 pessoas, salas para o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará (OAB/CE), oficiais de Justiça, além de arquivo e refeitório. A obra, realizada em dez meses, teve investimento de pouco mais de R\$ 310 mil.



Des. José Arísio Lopes da Costa, prefeita Regina Albino, juíza Regma Aguiar Dias Janebro e Des. Ernani Barreira

CONTROLE INTERNO

Auditoria comprova legalidade e avalia resultados da gestão administrativa

As ações desenvolvidas pela Auditoria Administrativa de Controle Interno (Audin), em alinhamento com as diretrizes estratégicas, têm como objetivo contribuir para o fortalecimento do controle interno, bem como para a eficiência, eficácia e efetividade das boas práticas de gestão pública no âmbito do Poder Judiciário cearense

A Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno (Audin) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) passou a exercer, efetivamente, as atividades que lhe são próprias depois da publicação da Lei 13.956 (Diário Oficial do Estado de 21 de agosto de 2007), que modificou a estrutura organizacional do Poder Judiciário. A Audin tem por finalidade comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional no âmbito das unidades administrativas do Poder Judiciário.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria do exercício de 2009 foi entregue, formalmente, à Presidência do TJCE no dia 16 de fevereiro de 2009. Entre outros trabalhos, a Audin fez a avaliação das folhas de pagamento, diárias, prestações de contas, assim como elaborou o Relatório de Gestão Fiscal e analisou os contratos 64/2008 e 59/2008 de serviços de engenharia.

A Audin, sob a chefia de Francisco Gladstone de Brito Almeida, auditor aposentado do Banco Central do Brasil, conta com dois auditores de controle interno, cinco servidores no apoio técnico, um no apoio administrativo e um estagiário.

A Audin tem a missão de comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade das gestões administrativas do Poder Judiciário cearense

A Auditoria processa seu trabalho em três modalidades: operacional ou de gestão, quando avalia qualitativamente a gestão em termos orçamentários, financeiros, patrimoniais e pessoal; de regularidade ou de conformidade, quando verifica o atendimento de leis, normas e regulamentos; e a especial, que normalmente não é programada e se responsabiliza por verificar ou investigar situações extraordinárias.

Em março de 2009, foi concluído e entregue aos gestores responsáveis o relatório referente ao gerenciamento das comunicações – serviços de telefonia fixa e móvel. O Diagnóstico do Ambiente Organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) foi concluído em abril, assim como o do Departamento de Informática (Deinf).

Em maio foi a vez da gestão do almoxarifado. No mês de junho foi concluída a auditoria dos serviços de manutenção de veículos, do Fundo Especial para o Registro Civil (Ferc) e da aquisição de equipamentos de informática. Também foi na metade do ano passado que se fez a análise de processos de prestações de contas de suprimentos de fundos e da Prestação de Contas Anual – Exercício 2008.

A Lei nº 13.956/07 define as atribuições da Audin que são, em síntese, o exercício da coordenação geral, a orientação normativa, a supervisão técnica e a realização de atividades inerentes

ao controle interno. Também é tarefa da Auditoria prestar assessoramento direto e imediato ao presidente do TJCE nos assuntos relativos ao controle interno. Atendendo a essas atribuições, a Audin define diretrizes, princípios e conceitos, adotando as normas técnicas aplicáveis às ações de controle interno, visando à qualidade e integração dos procedimentos de controle. Nesse sentido, foram concluídos as análises de processos referentes a licitação para veículos, locação de mão de obra, bens móveis e suprimento de fundos.

A verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos de controles internos definidos, são de competência da Audin

A título de assessoramento, a Audin executou a análise prévia e elaborou o sumário executivo dos processos de aquisições e contratações submetidos ao Comitê de Gestão e Programação Financeira (CGPF). Elaborou também minutas acerca de instrução de procedimentos administrativos para licitações e contratações diretas, suprimento de fundos, pagamentos de diárias e indenizações de transporte. Também foi feita a análise de cálculos pertinentes a verbas indenizatórias assim como a análise de processos administrativos com elaboração dos respectivos pareceres.

É competência ainda da Auditoria a verificação sistemática

da adoção e do cumprimento dos procedimentos de controles internos definidos, a responsabilidade por sua execução, grau de independência na estrutura organizacional, características da equipe, definição de funções, competência, metodologia de trabalho, treinamento etc., o que é objeto de relatórios, no mínimo, semestrais. Atualmente estão em andamento a análise da folha de pagamento, a elaboração do Diagnóstico de Controle Interno – Secretaria de Administração (Secad), análises de contrato com empresas privadas e a avaliação de pagamento de diárias.

Em suma, a Audin realiza o acompanhamento, levantamento,

inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional nas unidades do TJCE, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial, além de avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia. Para otimizar esses propósitos, a Audin participou do XI Fórum Estadual de Auditoria e do VIII Seminário Regional de Auditoria e Controladoria, bem como de treinamentos ministrados nas modalidades de ensino a distância (EAD) e a Ação Tutorial e Direito Constitucional.



Auditor Francisco Gladstone de Brito Almeida

META 2

Ceará reduz processos da Meta 2 em 80%

O Poder Judiciário cearense reduziu em cerca de 80% o número de processos da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinava o julgamento, até o fim de 2009, de todos os processos que começaram a tramitar antes de 2006.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) tinha, em 8 de janeiro de 2010, na volta do recesso forense, 97.213 processos da Meta 2 pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2008, o número constante nos dados do CNJ era bem maior: 502.762 ações, segundo estatística reconhecida pelo Conselho até outubro de 2009.

Os dados estavam inflacionados porque mais de 300 mil processos não se enquadravam nas exigências da Meta 2 ou já haviam sido julgados, mas não haviam recebido baixa no Sistema de Controle Processual (Sproc) do TJCE pelas respectivas unidades judiciárias.

De acordo com o secretário judiciário, Francisco Zacarias Silveira de Araújo, a apuração desses dados foi possível por meio de estudos técnicos realizados pela Secretaria Judiciária e pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin).

Processos julgados

Ao longo de 2009, o Judiciário cearense julgou 89.640 processos da Meta 2. O número equivale a 48% de ações julgadas em relação ao que havia em 31 de dezembro de 2008. A partir da filtragem técnica feita pelo TJCE, identificou-se que, no começo do ano passado, havia 186.853 processos anteriores a 2006 pendentes de julgamento.

Os esforços para apurar a quantidade real de processos no Judiciário cearense continuaram por meio do Projeto Justiça em Movimento, lançado pelo desembargador Ernani Barreira Porto, em 5 de agosto de 2009, e coordenado pela Setin em parceria com a Corregedoria Geral da

Justiça. O projeto estabeleceu prazo de 30 dias para que as unidades judiciárias atualizassem os dados no Sproc, a fim de eliminar distorções entre as quantidades física e real de processos.

Além da filtragem do número de processos, o secretário judiciário ressalta a coordenação da Meta 2 no Poder Judiciário cearense, feita pela desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira – responsável pela 1ª instância da Comarca de Fortaleza –, e pelos desembargadores João Byron de Figueirêdo Frota, corregedor geral da Justiça – comarcas do Interior do Estado –, e Raul Araújo Filho – 2ª instância.

A desembargadora Nailde destaca a realização da Semana da Conciliação Meta 2 em setembro e a montagem de um grupo de apoio no Fórum Clóvis Beviláqua, com a participação de 22 servidores e estagiários, como ações tomadas para auxiliar o cumprimento da determinação do CNJ.



Desembargadora Nailde Pinheiro resalta esforço para o julgamento dos processos da Meta 2

Entre as orientações dadas pelo grupo de apoio no Fórum, a desembargadora Nailde Pinheiro destaca a atualização do Sproc em relação à quantidade de processos físicos, a separação das ações da Meta 2 e a identificação de quais feitos estavam aptos para julgamento e quais dependiam de outros expedientes, como instrução ou oitiva de testemunhas. Até mesmo estantes foram conseguidas junto à Secretaria de Administração do TJCE para melhor organização das unidades judiciárias. O diretor do Fórum, Francisco José Martins Câmara, também disponibilizou uma sala para abrigar o trabalho de atualização do Sproc.

“Em pouco mais de uma semana, eliminamos mais de dois mil processos”, ressalta a desembargadora Nailde. Ela agradeceu ao empenho dos magistrados no cumprimento da Meta 2 e frisou a participação de juizes de comarcas do Interior para auxiliar as unidades da Capital.



Desembargador Raul Araújo é responsável pela Meta 2 na 2ª instância

Juízes empenhados no cumprimento da Meta 2

A busca de se aproximar o máximo possível do cumprimento da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) protagonizou uma série de esforços de magistrados e servidores do Judiciário cearense. Durante o ano de 2009, juizes e desembargadores priorizaram o julgamento dos processos protocolados na Justiça até dezembro de 2005.

Foi essa prioridade que fez, por exemplo, o Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, cumprir a Meta 2 no dia 5 de novembro de 2009. De acordo com o titular da unidade, Fernando Teles de Paula Pessoa Lima, os processos cíveis foram zerados no mês de julho. Desde então, ele

priorizou os processos criminais, contando inclusive com o apoio dos servidores, que trabalharam em regime de mutirão.

“Tive que levar muito trabalho para a minha residência. Em feriados e fins de semana, separava os processos por matéria, tais como rescisão de contrato, ações contra bancos e por danos morais. Ia sentenciando e entregando na secretaria (do juizado)”, lembra. Outra iniciativa interessante foi a parceria com a Polícia Militar (PM), para agilizar a liberação de policiais arrolados como testemunhas em processos.

No JECC de Itapipoca, a Meta 2 foi cumprida desde o início de 2009. De acordo com a titular do juizado daquela Comarca, Teresa Germana Lopes de Azevedo, pelo menos, duas ações ajudaram no

cumprimento da meta. Uma delas é a realização de audiências de segunda a sexta-feira naquele juízo.

A outra é o Processo Judicial Digital (Projudi), que está em funcionamento naquela unidade desde 28 de agosto de 2008. O JECC de Itapipoca foi o primeiro do Interior do Ceará a receber o Projudi, desenvolvido pelo CNJ e implantado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Por meio do Projudi, os processos passam a tramitar de forma eletrônica, enquanto as ações de papel, anteriores à implantação do sistema, devem ser julgadas ou digitalizadas. “Isso fez com que déssemos prioridade aos processos antigos, para acabar com os processos de papel”, explica a magistrada.

ENSINO

Escola Superior da Magistratura do Ceará é centro de excelência

A Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) é considerada o centro de excelência na preparação dos magistrados cearenses, especialmente dos novos juízes que ingressam na magistratura do Estado, possibilitando capacitação nas áreas jurídica e administrativa.

A missão da Escola é disseminar a informação e o conhecimento jurídico entre os magistrados e alunos dos cursos de Especialização, lato sensu, promovidos pela instituição.

Também oferece treinamento e reciclagem para a formação continuada dos juízes e servidores do Poder Judiciário, com visão atualizada e crítica do Direito e de áreas afins, dando-lhes ainda uma consciência dos problemas locais, nacionais e internacionais através de abordagens transdisciplinares, necessária para a busca de

soluções comprometidas com a Justiça Social através da efetivação dos direitos humanos e fundamentais.

Criada pela Lei nº 11.203, de 17 de junho de 1986, a Esmec é credenciada pelo Conselho de Educação do Ceará, nos termos do artigo 10, IV da Lei Federal nº 9.394, de 16 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). É considerada órgão de atuação desconcentrada do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e funciona com estrutura e relativa autonomia administrativa e financeira, conforme a Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).

O regimento interno da instituição foi elaborado pelo desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra – homenageado com seu nome na sede da entidade - e aprovado pelo TJCE, em sessão do Tribunal Pleno do dia 16 de

junho de 1988, publicado no Diário da Justiça do dia 2 de março de 1989.

Biblioteca

A Biblioteca da Esmec, denominada Juiz Roberto Jorge Feitosa de Carvalho, tem um acervo composto de livros, periódicos, monografias, obras de referência, tais como enciclopédias, dicionários, coleções, anuários, catálogos e guias, além de obras raras, CD-ROMs e DVDs.

O acervo está à disposição de magistrados e servidores, para empréstimo domiciliar, com prazo de 30 dias consecutivos para magistrados e de 15 dias para alunos e servidores do Poder Judiciário cearense.

As renovações dos empréstimos podem ser feitas através da Intranet e Internet, com um dia de antecedência da data prevista para devolução e só serão efetuadas caso não haja lista de reservas.

Eventos

Em 2009, a instituição promoveu e cedeu seu auditório para a realização de vários eventos, principalmente cursos, palestras e seminários, além do III Curso de Formação inicial de juízes substitutos, reunindo magistrados empossados no decorrer do ano de 2009.

Os principais eventos foram: exibição do filme “A Morte Inventada”; curso Intensivo de Atualização em Processo Penal; palestra, debate e lançamento do livro “Súmula Vinculante e Democracia”; reunião de trabalho



Sede da Escola Superior da Magistratura do Ceará

sobre Fraude e Segurança Bancária; e I Semana de Mobilização pelo fim da violência doméstica contra a mulher e reunião de trabalho sobre questões previdenciárias.

Outros eventos realizados no auditório desembargador José Maria de Queirós e nas dependências da Esmec foram a palestra sobre “Bases Teóricas Internacionais de Direitos Humanos”; posse do juiz de Direito Luciano Lima como magistrado do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE); homenagem ao Sesquicentenário do jurista Clóvis Beviláqua; curso de Direito Registral Imobiliário e Notarial e seminário de Direito Bancário.

Promoveu, também, o curso sobre Impactos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais; a I Semana de Direito e Relações Internacionais e palestra sobre Vocação e Magistratura; reunião de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Ceará; palestra sobre “A Magistratura e os Desafios dos Novos Direitos” e curso sobre “Justiça Criminal e Execuo Penal Brasileiro: perspectivas e legitimidade”.

Especializao

Para 2010, a direo da Esmec, tendo  frente o desembargador Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira, e coordenao do juiz de Direito Durval Aires Filho, oferta vagas para nove cursos de Especializao, lato sensu, em convênio com a Escola Nacional de Formao e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Os cursos ofertados são: Direito Constitucional; Administrao Judiciária; Direito e Processo Eleitoral; Processo Civil e Gestão de Processos; Direito Privado; Direito Público; Direito Processual Penal; Sociologia do Direito e Antropologia Jurídica; e Direito  Informao e Jornalismo Jurídico.



Desembargador Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira, diretor da ESMEC

Medalha

O Conselho de ex-diretores da Esmec, reunido no dia 23 de outubro de 2009, escolheu as personalidades e instituies que contribuíram com o desenvolvimento das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da entidade, que serão agraciadas com a Medalha Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra.

A Medalha foi criada pelo Assento Regimental n 01, de 7 de dezembro de 2006, publicado no Diário da Justiça da mesma data. A cerimnia de entrega da honraria devera ocorrer durante a aula inaugural do semestre letivo de 2010, prevista para 5 de fevereiro de 2010.

Agraciados

O Conselho de ex-diretores escolheu para receber a Medalha as seguintes personalidades e instituies, por categoria: corpo docente – professor José Filomeno de Moraes Filho; corpo funcional – Flávio José Moreira Gonçalves, Analista Judiciário e Assessor Pedagógico da Esmec;

colaboradores – ministro César Asfor Rocha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Jesualdo Pereira Farias, Reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC); Aírton Vidal Queiroz, Chanceler da Universidade de Fortaleza (Unifor) e Antônio Colaço Martins, Reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Os outros agraciados são: professor visitante – Friedrich Müller, professor e doutor da Universidade de Heidelberg, na Alemanha. No corpo discente, o agraciado sera Ronaldo Holanda Queiroz, servidor do Poder Judiciário e aluno do curso de Especializao em Direito Constitucional da Esmec. Os nomes dos agraciados foram apresentados espontaneamente e escolhidos, por unanimidade, pelos conselheiros.

Serviço:

A Esmec esta instalada  Rua Ramires Maranhão do Vale, n 70, gua Fria, edifício desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra. CEP: 60.811-670. Fone/fax (85) 3278.6242/3278.4013. E-mail: esmectj@gmail.com

Atende das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sabados, das 8 às 12 horas, nos dias de aulas da Pós-Graduao.



Audiência conciliatória na 1ª Vara de Família do Fórum Clóvis Beviláqua, presidida pela juíza Maria Regina Oliveira Câmara.

EXAMES DE DNA

Varas de Família criam uma nova cultura

Criar a cultura de conciliação entre as pessoas e acelerar o andamento dos processos são objetivos constantes no trabalho do Poder Judiciário cearense. E as Varas de Família da Comarca de Fortaleza foram destaque, neste ano de 2009, no cumprimento à determinação da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua e da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de tornar permanente as sessões conciliatórias.

Um exemplo de êxito desta iniciativa foi a campanha “Diga sim a seu filho”, que teve sua segunda edição realizada no último mês de agosto pela 2ª Vara de Família. A campanha vem dando celeridade à resolução de um dos conflitos mais presentes no cotidiano das varas: os testes de investigação de paternidade. Em apenas quatro dias, de 3 a 6 de agosto, foram registrados 152 reconhecimentos espontâneos de paternidade, sendo que em 67 deles nem sequer havia processo instaurado.

O juiz titular da 2ª Vara de Família, Francisco Bezerra Cavalcante, destaca que esta edição superou as expectativas, visto que, o número de exames realizados ultrapassou os 65% dos processos agendados para a semana, naquela oportunidade.

O rápido andamento dos processos referentes a paternidade

tem acontecido graças a uma parceria do Judiciário com o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Ceará (Lacen). Com a modernização promovida pelo Governo do Estado no início deste ano, o Lacen deu fim à fila de espera por exames de DNA e ainda, sempre que solicitado, comparece ao Judiciário para realizar coleta de material genético entre as partes dos processos.

Mutirões

Os mutirões das Varas de Família também têm resolvido conflitos em processos referentes à pensão alimentícia, separação e divórcio. E as iniciativas neste sentido estão se multiplicando na 1ª instância do Poder Judiciário do Ceará.

As 18 Varas de Família da Capital estão realizando, de alguma maneira, movimentos pela conciliação durante o ano inteiro, não restringindo essa atuação às semanas nacionais de conciliação.

A 11ª Vara, por exemplo, cuja titular é a juíza Adayde Monteiro Pimentel, criou uma sala no espaço físico daquele juízo, específica para sessões conciliatórias. Diariamente, 10 processos estão com as partes convocadas para tentar um acordo

antes da conclusão do processo judicial.

A iniciativa de conciliação teve início na 8ª Vara de Família antes mesmo da determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de realização de semanas da Conciliação no Brasil inteiro. Em 2005, o juiz titular da Vara, Geraldo Bizerra, já reservava as sextas-feiras para tentar buscar um acordo entre as partes dos processos. Essa prática permanece até hoje.

A cada sessão conciliatória com êxito, as partes saem com a questão resolvida, em um prazo bem menor e de forma harmônica. E o Poder Judiciário cumpre a sua missão de mediar os conflitos que tomam a via Judicial. Com isso ganha a sociedade e o Poder Público brasileiro.



Juiz Geraldo Bizerra
é pioneiro nas conciliações

ANÁLISE PSICOSSOCIAL

Núcleo de Apoio à Jurisdição promove salto de qualidade para decisões nas Varas de Família

Exercer plenamente a cidadania, fundamentar a tranquilidade para as decisões judiciais, contribuir com a celeridade processual e efetivar a Justiça social. Estes são alguns dos resultados obtidos com a implantação do Núcleo de Apoio à Jurisdição, que funciona desde março de 2009 no Fórum Clóvis Beviláqua. O Núcleo recebe ações das Varas de Família e após análises interdisciplinares, visitas domiciliares e laudos periciais, processa relatórios que servem de base para as sentenças judiciais.

Até o mês de novembro de 2009, 1.255 processos foram recebidos pelo Núcleo de Apoio à Jurisdição. As ações que chegam ao setor envolvem, principalmente, guarda privativa de menores, mas também há processos relacionados a tutela, curatela, direito de visita e violência doméstica. Com essa perspectiva, agora em 2010, haverá um psicólogo ligado ao Núcleo, prestando serviço no Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e no da Infância e da Juventude.

Segundo a coordenadora Denise Moreira Aguiar, a grande

contribuição oferecida pelo setor é proporcionar um olhar humano nos casos judiciais. “Buscamos prestar um serviço de excelência não só no subsídio pericial aos juízes, mas, especialmente, trabalhar no árduo e difícil campo da emoção, escuta, acolhimento e promovendo a autonomia das partes do processo”, destaca a coordenadora.

“Conseguimos dar um salto de qualidade no atendimento jurisdicional e hoje os juízes podem tomar decisões mais tranquilamente”

Denise Aguiar

Segundo estatísticas do Núcleo, a maioria dos processos recebidos vêm da 16ª Vara de Família, responsável pela guarda privativa de menores, ou seja, é onde pais ou responsáveis, disputam a guarda da criança. De acordo com a titular da Vara, juíza Maria Albeni de Freitas, os relatórios do Núcleo são importantes e dão sustentação às decisões judiciais. “Eles entram em contato direto com as partes,

avertendo in loco os problemas. Isso contribui para que nós, magistrados, conheçamos a realidade do caso. A análise psicossocial que é feita acaba sendo fundamental para uma decisão judicial sensata, justa e segura”, declara a juíza.

Os processos que chegam ao Núcleo são analisados sob uma perspectiva interdisciplinar. Eles são avaliados social e psicologicamente. Hoje há 565 processos em andamento. De acordo com a psicóloga Fabíola Menezes Bessa, na análise social das ações são englobados os dados objetivos, condições externas, físicas e econômicas das partes envolvidas; já na análise psicológica são avaliados os aspectos subjetivos, emocionais e comportamentais não só das partes, mas daqueles que relacionam-se diretamente com os envolvidos, como avós, professores e em alguns casos, até pediatras.

“Com a análise integrada temos conseguido realizar um relatório que abrange diversos campos, principalmente o emocional e o social com todas as pessoas relacionadas ao conflito”, explica a psicóloga.

O Núcleo de Apoio à Jurisdição, além da coordenadora, dispõe de uma advogada, nove assistentes sociais, nove psicólogos, nove estagiários e uma servidora cedida que trabalha na assistência administrativa. Segundo Denise Aguiar, a criação do Núcleo otimizou o trabalho que antes era exercido pelos departamentos de psicologia e de assistência social do Fórum Clóvis Beviláqua. “Conseguimos dar um salto de qualidade no atendimento jurisdicional e hoje os juízes podem tomar decisões mais tranquilamente”, comemora.



Psicóloga Denise Moreira Aguiar explica que o setor proporciona olhar humano nos casos judiciais

ACORDOS

Semana da Conciliação supera expectativas em 2009

O percentual de êxito de 54,17% registrado na Semana Nacional da Conciliação no Ceará, realizada de 7 a 11 de dezembro de 2009, mostra que a cultura da conciliação vem sendo consolidada no Judiciário cearense. O resultado, que é o melhor da história das Semanas da Conciliação, superou os índices de 2006 (52,67%), 2007 (51,82%) e 2008 (48,6%), refletindo o empenho do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira.

Nos cinco dias, foram realizadas 15.371 audiências, que resultaram em 8.327 conciliações. Foram atendidas 39.867 pessoas no Ceará. De todas, as unidades judiciárias que mais registraram conciliações foram: Vara Única da Comarca de Independência, com 614 audiências realizadas e 513 acordos (83%), Juizado Especial de Iguatu (74%) e 11ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza (95%).

A Semana da Conciliação, realizada em dezembro, contribuiu, na avaliação do coordenador da Semana da Conciliação na Comarca de Fortaleza, juiz Mário Parente Teófilo Neto, para reduzir o número de processos e mostrar que a conciliação é uma importante solução para os litígios.

O esforço do Judiciário para fortalecer a cultura da conciliação também resultou em centenas de acordos na Semana da Conciliação – Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada de 14 a 18 de setembro. O objetivo era julgar o máximo de processos cuja distribuição foi anterior a 31 de dezembro de 2005. Em cinco dias, foram registradas 2.600 audiências e 862 conciliações em todo o Estado, o que resultou em um percentual de

êxito de 31,8% e um total de R\$ 3,2 milhões em acordos homologados.

A Semana de Conciliação – Meta 2 teve suas audiências realizadas em 120 guichês montados no Escritório de Prática Jurídica da Universidade de Fortaleza (Unifor) e contou com a participação de 250 estudantes que atuaram como conciliadores. O Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen), do Governo do Estado, também participou da Semana realizando gratuitamente exames de reconhecimentos de paternidade.

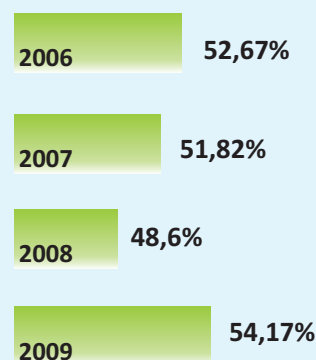
Centrais de Conciliação

Além das já tradicionais Semanas, as Centrais de Conciliação de 1º e 2º grau realizaram, durante todo o ano, audiências no sentido de promover acordos entre as partes.

No Fórum Clóvis Beviláqua, a Central realizou cerca de 1.300 audiências de ações das Varas de Família e 890 das Varas Cíveis, que resultaram em 55,57% de êxito. Nesse total, estão incluídos nove mutirões com ações de bancos, como o Itaú, HSBC e Finasa. A Central de Conciliação do Fórum Clóvis Beviláqua, que existe desde 2007 e promove audiências de conciliação em processos das Varas Cíveis e de Família, também promoveu o III Seminário sobre Conciliação, no último dia 24 de novembro.

“No biênio 2007/2008, começamos a inovar com os mutirões dos bancos. No início, recebíamos poucos processos das Varas, mas, devido ao número de acordos e à credibilidade que foi sendo construída, os juízes e os bancos começaram a nos procurar.

NÚMEROS DA CONCILIAÇÃO



As partes ficam satisfeitas porque os nossos conciliadores, que são voluntários, são juízes, desembargadores, defensores e promotores aposentados, ou seja, têm muita experiência e conhecimento”, explica a supervisora da Central de Conciliação de 1º Grau, Conceição Salgado.

O coordenador da Central, juiz Eduardo Torquato Scorsafava, completa que pretende ampliar os trabalhos convidando as empresas de telefonia, operadoras de planos de saúde e a concessionária de energia elétrica do Estado para que participem de mutirões de conciliação.

Já na Central de Conciliação do TJCE, foram realizadas 102 audiências nas duas Semanas da Conciliação do ano, das 211 marcadas, que renderam três acordos. “O trabalho da Central foi muito satisfatório no ano todo porque contou com a colaboração de todos os desembargadores”, afirma o coordenador da Central de 2º grau, desembargador José Mário Dos Martins Coelho.

MAIS AGILIDADE

Mais de 22 mil ações dão entrada nos Juizados Especiais de Fortaleza em 2009

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECC's) de Fortaleza receberam 22.817 ações, de 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2009, sendo proferidas 12.593 sentenças nesse mesmo período. Na avaliação do coordenador dos Juizados Especiais, juiz de Direito José Ricardo Vidal Patrocínio, o resultado é muito positivo porque foram adotadas medidas para agilizar a prestação jurisdicional.

O coordenador destaca o convênio com a Companhia Energética do Ceará (Coelce) para promover pré-conciliação como forma alternativa de solução de conflitos em seis Juizados na Capital e mais três no Interior, nas cidades de Sobral, Iguatu e Juazeiro do Norte. Também as intimações dos advogados através do Diário da Justiça, no âmbito dos Juizados, foi, na opinião do juiz Ricardo Patrocínio, um importante passo, “aumentando a celeridade processual e diminuindo custos,

pois até então eram feitas pelos Correios”, avaliou.

As ações encaminhadas aos JECC's podem ser de causas criminais com menor potencial ofensivo e as causas cíveis de menor complexidade até 40 salários mínimos. O juiz coordenador explicou que a complexidade é determinada não pela matéria de direito, mas pela natureza e tipo de prova a ser produzida. “Contudo há causas que não se submetem ao valor da alçada, podendo exceder esse valor de 40 salários mínimos”.

O coordenador destaca o convênio com a Companhia Energética do Ceará (Coelce) para promover pré-conciliação como forma alternativa de solução de conflitos

Exemplo dessas ações são as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, como arrendamento rural e de parceria

agrícola; ações de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio; de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico; de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre; de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução; de cobrança de honorários dos profissionais liberais; nos demais casos previstos em lei.

Em Fortaleza, existem 20 Juizados Especiais e 17 estão localizados no Interior. Para 2010, o juiz Ricardo Patrocínio acredita que haverá melhora significativa em relação ao julgamento de processos “com a perspectiva de redimensionamento das circunscrições territoriais dos Juizados da Capital e com a criação, de, no mínimo, mais seis Juizados”, informou.

A realização do XXVI Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), em Fortaleza, de 25 a 27 de novembro de 2009, foi uma das iniciativas de repercussão no segmento jurídico. “O encontro, sem dúvida, colocou o Ceará em lugar de destaque na cena jurídica nacional. Contou com palestrantes consagrados, como o deputado federal Ciro Gomes; o conselheiro Jorge Hélio, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o procurador do Estado, Juvêncio Vasconcelos Viana; o ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o senador Válter Pereira”.

O juiz Ricardo Vidal Patrocínio considera que eventos desse porte fortalecem a Justiça, aprimoram seus serviços, requalificam seus servidores, reciclam conhecimentos e as rotinas de trabalho.



Juiz Ricardo Vidal Patrocínio diz que medidas foram adotadas para agilizar prestação jurisdicional

CELERIDADE

Turmas Recursais julgam 4.664 processos em 2009

As seis Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Ceará julgaram 4.664 recursos em 2009. Desse total, a 1ª Turma julgou 692, a 2ª 1.190, a 3ª 582, a 4ª 894, a 5ª 569 e a 6ª Turma 737 processos. Atualmente tramitam nas Turmas 2.745 ações. Os recursos são processos provenientes dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECC's).

De acordo com o coordenador das Turmas, juiz Mário Parente Teófilo Neto, a maioria dos recursos julgados são referentes à dano moral e material relacionados ao direito do consumidor. Ele afirma que houve um crescimento da ordem de 20% em relação aos julgados de 2008. O magistrado atribui o aumento à implantação do Processo Judicial Digital (Projudi), que substituiu o processo físico (papel) pelo meio eletrônico (digital). Entre as principais vantagens do processo

digital, o juiz aponta a desburocratização dos expedientes, a redução dos custos, maior celeridade nos julgamentos e comodidade para os advogados, que podem ingressar com recursos de sua própria casa ou escritório de advocacia.

A maioria dos recursos julgados são referentes à dano moral e material relacionados ao direito do consumidor

As Turmas têm competência para julgar recursos cíveis, apelação crime, mandado de segurança, habeas corpus e embargos de declaração, provenientes dos 37 JECC's instalados estrategicamente em

Fortaleza e nas diversas comarcas no Interior do Ceará. 13 Juizados estão na entrância intermediária e 24 na entrância final.

Nas Turmas Recursais trabalham 18 magistrados, divididos em seis Turmas, sendo três juízes em cada uma. O magistrado designado para atuar em uma das turmas não será dispensado do serviço de sua respectiva vara. Cada turma será presidida pelo juiz mais antigo dentre os seus componentes.

As Turmas reúnem-se mensalmente a partir das 9 horas, obedecendo, normalmente, a seguinte ordem: 1ª Turma, na primeira segunda-feira; a 2ª Turma, na primeira terça-feira; a 3ª Turma, na primeira quarta-feira; a 4ª Turma, na terceira segunda-feira; a 5ª Turma, na terceira terça-feira; e a 6ª Turma, na terceira quarta-feira. "As sessões de cada turma acontecem uma vez por mês e, quando necessário, duas vezes, conforme a necessidade da pauta de julgamentos", explica o coordenador Mário Parente, que também preside a 2ª Turma e é o juiz titular da 10ª Unidade do JECC.

Meta 2 do CNJ

O coordenador Mário Parente também informa que quase todas as Turmas cumpriram a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Meta determinava o julgamento de todos os processos que deram entrada na Justiça até dezembro de 2005. O prazo para o cumprimento era até 31 de dezembro de 2009.

Serviço:

Fórum das Turmas Recursais Professor Dollor Barreira - Avenida Santos Dumont, 1400. Horário de funcionamento: 8h às 18h.



NOTAS

Coordenadoria da Infância

O desembargador Francisco Gurgel Holanda assumiu a coordenação da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), órgão criado pela Resolução nº 17/2009, aprovada no Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) do dia 10 de dezembro de 2009. O ato de nomeação do magistrado, assinado pelo presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, foi publicado no Diário da Justiça de 16 de dezembro de 2009.

A CIJ ficará responsável pela elaboração e execução das políticas públicas relativas à infância e à juventude na esfera do Judiciário cearense e funcionará como órgão permanente da Assessoria da Presidência do TJCE.

A coordenadoria também promoverá a articulação interna e externa da Justiça no âmbito da infância e da juventude com outras entidades governamentais e não governamentais, além de colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores nessa área.



Des. Francisco Gurgel é o responsável pelas políticas públicas para infância e juventude no Judiciário



Consultora jurídica
Vêleda Maria

Consultoria Jurídica

Vêleda Maria Vieira Bastos, nova consultora jurídica do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), é graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará e há 29 anos é procuradora do Estado. Ingressou no TJCE ainda na gestão do desembargador Fernando Ximenes para prestar assessoria à presidência. Na Procuradoria do Estado, trabalhou como procuradora Assistente dos procuradores gerais. “Para mim é um grande desafio substituir uma pessoa do nível intelectual do Dr. Sílvio Braz”, declarou a consultora que assumiu a função no dia 03 de novembro de 2009.



Alessandra Bezerra Aragão,
Assessora de Cerimonial

Assessoria de Cerimonial

Com mais de 25 anos trabalhando em cerimonial, tendo passado pelo Itamaraty, Alessandra Bezerra Aragão é, desde o dia 16 de dezembro último, a nova Assessora de Cerimonial do Tribunal de Justiça do Ceará. Formada em Organização de Eventos pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC), foi por 22 anos coordenadora do Cerimonial da Câmara Municipal de Fortaleza e mestre de cerimônia. É professora de Cerimonial e Protocolo e Etiqueta Social, além de fundadora do Comitê Nacional do Cerimonial Público, sediado em Brasília.



Assistente militar
major PM Augusto Nirlando

Assistência Militar

A Assistência Militar do Poder Judiciário do Ceará deverá concluir este ano a implantação do sistema de segurança de videomonitoramento no Fórum Clóvis Beviláqua e no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A instalação de catracas eletrônicas nos acessos ao prédio do TJCE é outra meta a ser cumprida em 2010. Além disso, será implantado um novo sistema de radiocomunicação, o que viabilizará a interligação de toda a segurança na Comarca de Fortaleza.

O assistente militar, major PM Augusto Nirlando Monteiro Vieira, coordena uma equipe de 214 militares, entre policiais e bombeiros. Eles executam o serviço de guarda e segurança dos órgãos judiciais na Capital.

Quando requisitados, realizam operações de segurança de magistrados, auxílio no cumprimento de mandados judiciais, escoltas para recolhimento e destruição de armas nas comarcas do Interior. A Assistência Militar também executa a proteção de autoridades nacionais e internacionais em visitas oficiais ao Poder Judiciário cearense, ações de prevenção, combate a incêndios, atendimento pré-hospitalar e vistorias técnicas na área de segurança patrimonial e bombeirística.

TRANSPARÊNCIA

Assessoria de Comunicação ganha nova estrutura e reforça interação com a imprensa

O ano de 2009 marcou uma nova etapa no trabalho de divulgação das ações do Poder Judiciário estadual. Antes não havia uniformidade nas atividades de imprensa. Com a aprovação da Lei nº 14.311, foi criada a Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário, órgão responsável pelas diretrizes relacionadas às ações de divulgação do Judiciário cearense.

A ideia é reforçar o sentido de unidade dentro do Poder Judiciário uma vez que a administração do desembargador Ernani Barreira Porto, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tem como característica as decisões colegiadas. Na prática, há uma integração entre os órgãos que fazem parte do organograma do Judiciário. Esse trabalho em conjunto possibilita o uso de uma linguagem uniforme, atendendo a todos os setores.

Para dar mais visibilidade às ações, a equipe da Assessoria de Comunicação mantém dois boletins diários com informações sobre decisões de juízes, desembargadores, do Tribunal Pleno, Câmaras Cíveis, Câmaras Criminais, Turmas Recursais, Corregedoria Geral da Justiça, eventos e projetos desenvolvidos no Judiciário cearense. Os boletins são enviados por e-mail a amplos segmentos da mídia: jornais, rádios, TVs e sites.

O material informativo é disponibilizado também no site www.tjce.jus.br, permitindo que todo cidadão tenha acesso as notícias. Foi criado o link “Fale com a Assessoria de Comunicação” no portal do TJCE para quem tiver interesse em manter contato com o setor. Desde a sua implantação, em maio de 2009 até a primeira quinzena de dezembro do mesmo ano, 371 e-

mails foram encaminhados à Assessoria.

O setor é responsável ainda pela criação de campanhas institucionais e edição do jornal “Judiciário Notícias”, além de produzir o clipping de notícias referentes ao Poder Judiciário do Estado publicadas em jornais e veiculadas em sites.

O trabalho é pautado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especificadas na Resolução nº 85, de 8 de setembro de 2009, e a orientação do presidente do TJCE. Uma das diretrizes é disseminar as ações do Poder Judiciário para todos os segmentos da sociedade.

Desde a estruturação, em fevereiro de 2009, até o dia 28 de dezembro de 2009, a Assessoria de Comunicação produziu 1.230 matérias jornalísticas.



Material produzido pela Assessoria de Comunicação

**Respeitar o idoso hoje...
...é respeitar você amanhã.**

**Estatuto do Idoso.
O seu cumprimento não é um favor, é um dever!**



Art. 2º “O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.”

O Poder Judiciário cumpre o Estatuto do Idoso, garantindo prioridade no trâmite processual.

*Desembargador Ernani Barreira Porto
Presidente do Tribunal de Justiça*



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO**

A Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário Cearense é um canal direto com a mídia em benefício da sociedade.

Nós trabalhamos para mostrar a transparência da Justiça.

